

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Tatiane Rezende Nunes de Souza

Pobreza e o Programa Bolsa Família: o Caso de Jardim Gramacho

Rio de Janeiro

2016

Tatiane Rezende Nunes de Souza

Pobreza e o Programa Bolsa Família: o Caso de Jardim Gramacho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública, na área de concentração Políticas Públicas e Saúde.

Orientadora: Jeni Vaitsman

Coorientadora: Gabriela Andrade

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

S729p Souza, Tatiane Rezende Nunes de
Pobreza e o Programa Bolsa Família: o caso de Jardim
Gramacho. / Tatiane Rezende Nunes de Souza. -- 2016.
77 f. : il. color. ; tab. ; mapas.

Orientador: Jeni Vaitsman
Gabriela Andrade

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

1. Pobreza. 2. Iniquidade Social. 3. Políticas Públicas.
4. Programas Governamentais. 5. Renda. I. Título.

Tatiane Rezende Nunes de Souza

Pobreza e o Programa Bolsa Família: o Caso de Jardim Gramacho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública, na área de concentração Políticas Públicas e Saúde.

Aprovada em: 31/03/2016.

Banca Examinadora

Dra Tatiana Vargas de Faria Baptista, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
/ Fiocruz

Dra Mônica de Castro Maia Senna, Escola de Serviço Social / Universidade Federal
Fluminense

Dra Jeni Vaitsman, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fiocruz

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram na elaboração deste trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus por todas as possibilidades.

Agradeço ao meu ex-chefe, João Barbosa, pelo primeiro incentivo em iniciar meus estudos e à minha atual chefe, Henriete Santos, por ter contribuído para a continuidade deste.

Agradeço à minha orientadora, Jeni Vaitsman, e à coorientadora, Gabriela Andrade, por terem acreditado neste projeto.

Agradeço também aos coordenadores do curso, Vera Lúcia e José Mendes, pelo acompanhamento e auxílio ao longo destes dois anos. E também aos colegas de turma pelo companheirismo e incentivo neste trajeto.

Agradeço ainda à Professora e amiga, Tatiana Wargas, por todo o apoio e motivação neste percurso.

Agradeço à ONG Casa Semente por toda a ajuda e disponibilidade no trabalho de campo.

Agradeço principalmente aos moradores de Jardim Gramacho pela recepção e cordialidade e por compartilharem suas histórias, muitas vezes tão íntimas.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha família e aos meus amigos, que muito me ouviram falar do projeto e o incentivaram incansavelmente.

A miséria das classes baixas é sempre maior que o espírito de fraternidade das classes altas.
Victor Hugo - Os Miseráveis

RESUMO

Jardim Gramacho é uma região marcada pela extrema pobreza, sendo conhecida por ter abrigado um dos maiores aterros metropolitanos da América-Latina e também por ter sido palco de filmes e documentários. Com o fechamento do aterro em 2012, muitas famílias que viviam direta ou indiretamente do lixo perderam uma importante fonte de renda e, apesar das políticas recentes e do apelo da mídia, a região permanece em estado de vulnerabilidade social. O Programa Bolsa Família, política do governo federal no combate à pobreza, chegou à região de forma expressiva junto ao fechamento do aterro. Com base em pesquisa empírica que utilizou entrevistas semiestruturadas e observação participante, este trabalho buscou analisar os resultados do Programa Bolsa Família sobre as condições de vida de famílias de ex-catadores de Jardim Gramacho, especificamente das comunidades Remanso, Beco do Saci, Maruím e Quatro Rodas. Considerou-se os aspectos renda, habitação, saneamento e acesso a serviços públicos de saúde e educação, verificando-se ainda como se caracteriza atualmente a pobreza e sua persistência na região. O Programa Bolsa Família conseguiu apresentar bons resultados no aspecto renda, por conta do aumento do poder aquisitivo, que se expressou na ampliação do consumo de produtos alimentícios, de serviços de saúde (consultas e exames) e de materiais de construção, que permitiram pequenos ajustes nas habitações. Embora não tenha conseguido substituir o valor proveniente do trabalho no aterro, trata-se de uma fonte de renda fixa. Também se verificou a ampliação do acesso à educação e maior manutenção das crianças na escola. No entanto, as condicionalidades do Programa não apresentaram resultados que se traduzissem na ampliação e melhoria do acesso aos serviços de saúde e tampouco no acompanhamento efetivo das famílias.

Palavras-chave: Pobreza, desigualdade social, política pública.

ABSTRACT

Jardim Gramacho is a region of extreme poverty where the largest metropolitan sanitary landfill in Latin-America was located. It is also known as being subject of films and documentaries. When the landfill was closed down in 2012, many families which used to live directly or indirectly from trash lost an important source of income and despite recent media and political appeal, the region remains in a state of social vulnerability. The Bolsa Família Program, a Federal policy to fight poverty was introduced in the region by the time the landfill was closed. The empirical study, based on semi-structured interviews and participant observation, analyzes the results of the Bolsa Família Program on the life conditions of ex-garbage pickers families from Jardim Gramacho, specifically from the Remanso communities, Beco do Saci, Maruím and Quatro Rodas. It focuses on the following aspects: income, housing, sanitation and access to health and education public services. The study also shows how poverty (and its persistence) affects the region nowadays. The Bolsa Família Program presented good results with regards to income, due to the increased purchasing power. Interviewees mention the higher consumption of food, health services (consultations and exams) and the acquisition of building materials to make small house repairs. Although the allowance has not been able to replace the earlier earnings got in the landfill work a positive aspect is that it is a regular source of income. In addition, children's access to education was increased as well as their regular attendance to school. However, the program conditionalities did not show outputs related to the expansion and improvement of health services, neither any effective family follow-up.

Keywords: Poverty, social inequity, public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Duque de Caxias dividido por bairros e distritos	13
Figura 2: Mapa conceitual	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de bairros por distrito do município de Duque de Caxias	12
Quadro 2: Bolsa Família: Contribuição para a Redução da Desigualdade e da Pobreza, e Avaliação de Impacto de “Linha de Base” (baseline) – 2005	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Brasil 1991, 2000 e 2010.	14
Tabela 2: Incidência da Pobreza e Desigualdade - Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2003.	15
Tabela 3: Vulnerabilidade Social em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 1991, 2000 e 2010	16
Tabela 4: Distribuição dos dependentes do PBF por Faixa Etária	27
Tabela 5: Resumo do PBF em Duque de Caxias, 2010.....	28

LISTA DE IMAGENS

Foto 1: Habitações em Jardim Gramacho.....	55
Foto 2: Habitação de tábuas em jardim Gramacho.....	56
Foto 3: Habitação feita pela ONG TETO	57
Foto 4: Armazenamento de água	58
Foto 5: Criação de porcos na região	60

SUMÁRIO

Introdução.....	1
O problema / Justificativa.....	3
CAPÍTULO 1 - SOBRE A POBREZA	4
CAPÍTULO 2 - DADOS SOBRE A EXTREMA POBREZA EM JARDIM GRAMACHO.....	12
CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA	17
CAPÍTULO 4 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	21
CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA.....	29
5.1 Questões Éticas.....	32
5.2 Sobre o campo: aspectos gerais	32
CAPÍTULO 6 - RESULTADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM JARDIM GRAMACHO.....	35
6.1 Aspectos relacionados a trabalho e renda	35
6.2 Aspectos relacionados à saúde.....	40
6.3 Aspectos relacionados à educação	48
6.4 Mudanças nas condições de vida	54
6.5 Percepções sobre o Bolsa Família	60
CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70
Anexo 1	74
Anexo 2	76

Introdução

A região de Jardim Gramacho está localizada no município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. A ocupação dessa área ocorreu especialmente devido ao funcionamento de um aterro metropolitano (conhecido como lixão), que recebia cerca de 7 mil toneladas de lixo por dia e garantia uma fonte de renda para cerca de 1.200 catadores (IETS, 2011, p.17).

No relatório de 2005 do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, constata-se que a ocupação urbana de Jardim Gramacho se iniciou com o loteamento para a construção de um conjunto habitacional (COHAB), tipo de moradia popular que foi difundido no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. Foi nesta mesma época, caracterizada por grandes transformações políticas, econômicas e sociais, que o governo resolveu instalar um aterro para destinação do lixo na periferia deste bairro, às margens da Baía de Guanabara, que viria a se tornar o maior aterro da América Latina. Este aterro atenderia às regiões de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João do Meriti e Rio de Janeiro e ficaria sob a responsabilidade da Comlurb. No diagnóstico Socioeconômico do Instituto de Estudos do trabalho e Sociedade – IETS (2011, p. 7) afirma-se que “na época, Jardim Gramacho era habitado por poucas famílias de baixa e média renda e abrigava escassas e pequenas indústrias.”

Com a inauguração do aterro, o bairro sofreu mudanças: foram criados estabelecimentos comerciais e industriais que trabalhavam com a reutilização e reciclagem de resíduos e surgiram novas moradias, que abrigavam os catadores de lixo, em sua maioria migrantes de outros aterros desativados.

O crescimento dessa região ocorreu de forma desordenada e, ainda hoje, as comunidades localizadas no entorno do antigo vazadouro caracterizam-se pela ausência quase que completa de infraestrutura urbana. Seus moradores não gozam de serviços públicos, como saneamento básico, pavimentação das ruas, abastecimento de água e iluminação elétrica. Muitos barracos foram feitos à base de madeiras e papelão, em meio a muita lama e lixo.

De acordo com Meirelles e Gomes (2008, p.3):

As ocupações mais antigas como a COHAB, o Morro do Cruzeiro, o Triângulo e Morro da Placa, possuem saneamento, pavimentação das ruas,

água e energia elétrica. Os locais ocupados mais recentemente tais como Chatuba, Favela do Esqueleto, Maruíim dentre outros, não apresentam qualquer infraestrutura (saneamento, água, luz elétrica, ruas pavimentadas, etc.) e surgiram em decorrência da ocupação desordenada do solo urbano, através de um processo de loteamento realizado por políticos locais com a anuência do poder paralelo que atua fortemente na região.

Esse aterro foi fechado em junho de 2012, devido ao forte impacto ambiental que vinha causando e em função da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), deixando ainda hoje problemas sociais graves, visto que a comunidade do entorno se mantém na região, no entanto, agora sofrendo pela falta de trabalho e, conseqüentemente, de renda. De modo a amenizar este problema, a política de fechamento do aterro previa uma indenização, capacitação profissional e bolsas de seguro desemprego aos catadores cadastrados. No entanto, essa política parece não ter incluído grande parte da população local. Junto ao plano de encerramento do aterro, muitas famílias também foram inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e passaram a receber o benefício do Programa Bolsa Família, atual política do governo de combate à pobreza.

O Programa Bolsa Família se propõe a combater a pobreza por meio da disponibilização de benefícios monetários e da promoção do acesso à rede de serviços públicos, especialmente os de saúde, educação e assistência social. A referida política teve seu início em 2003 e, em 2011, passou a integrar o Plano Brasil sem Miséria, que integrou diversas ações que, articuladas, poderão ter mais força para enfrentar o desafio da superação da extrema pobreza.

O presente trabalho pretendeu analisar os resultados do Programa Bolsa Família sobre as condições de vida, considerando os aspectos renda, habitação, saneamento e acesso a serviços públicos de saúde e educação, de famílias de ex-catadores de Jardim Gramacho, especificamente das comunidades Remanso, Beco do Saci, Maruíim e Quatro Rodas, ocupações de precária infraestrutura urbana. Para tanto, buscou-se verificar se o Programa Bolsa Família tem dado conta de garantir uma renda às famílias de ex-catadores que atenuasse/substituísse a que era recebida antes do fechamento do aterro; se o Programa Bolsa Família, a partir de suas condicionalidades de saúde e educação, conseguiu apresentar resultados nestes aspectos na percepção dos beneficiários da região; e também se houve modificações na percepção de possibilidades de melhoria de vida da população intergerações, conforme prega a referida política.

O problema / Justificativa

A pobreza ainda é um problema de dimensão mundial. De modo a combatê-la, a ONU estabeleceu, em 2000, a eliminação da fome e da miséria como um dos objetivos do milênio. No Brasil, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais aparece como um dos objetivos fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil. Deste modo, estudar as políticas de combate à pobreza apresenta-se de grande relevância.

A região de Jardim Gramacho, objeto desta pesquisa, encontra-se em uma área de extrema pobreza e apresenta-se excluída de serviços sociais básicos. Um fator que pode ter agravado a situação de pobreza do local foi o fechamento do aterro situado no bairro, que era uma fonte de renda para grande parte das famílias locais. No entanto, as políticas atuais de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, têm justamente o objetivo de eliminar a extrema pobreza e já chegam a algumas famílias da região.

O Programa Bolsa Família visa amenizar as desigualdades existentes no país e ampliar o acesso das populações mais necessitadas aos serviços essenciais. Este trabalho propõe-se a investigar os resultados do Programa Bolsa Família em Jardim Gramacho, de forma a averiguar se está proporcionando uma melhoria das condições de vida e, em função das condicionalidades existentes no programa, uma maior inserção nos serviços de saúde e educação. A relevância desta pesquisa encontra-se na avaliação empírica do Programa em um contexto de vulnerabilidade e na análise do potencial de melhoria na execução da política, de modo que se torne mais efetiva, visto que, segundo Amabile (2012), as políticas públicas são “passíveis de evolução através da integração de esforços científicos à prática”.

Na área da Saúde Pública, este estudo se justifica dentro de uma concepção positiva de saúde, conforme preconizado no Relatório Final da VIII Conferência Nacional de saúde, em que “a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde”. Deste modo, compreende-se que as condições sociais impactam diretamente na saúde da população.

CAPÍTULO 1 - SOBRE A POBREZA

A pobreza ainda é um problema que atinge diversos países do mundo e por isso ocupa um grande espaço nas agendas internacionais. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2014 (p.3), mais de 2,2 milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza multidimensional¹ ou quase, o que corresponderia a mais de 15% da população mundial. Além disso, cerca de 12% da população (842 milhões de pessoas) ainda padece de fome crônica. Isto demonstra a grande dificuldade dos países em implementarem políticas que deem conta da complexidade da pobreza. Para se enfrentar um problema, é necessário conhecê-lo de perto.

Mas, afinal, o que pobreza? A definição mais usual e que logo vem à mente de qualquer indivíduo relaciona-se à ausência ou insuficiência de renda. Se levarmos em consideração somente a renda, atualmente existiriam, em termos globais, 1,2 mil milhões de pessoas - 22% da população mundial - vivendo com menos de U\$ 1,25/dia, valor estimado como linha da pobreza global. Se essa linha de pobreza fosse elevada para U\$ 2,50/dia, a taxa de pobreza mundial aumentaria para cerca de 50% ou 2,7 mil milhões de pessoas (PNUD, 2014, p.20).

O conceito de pobreza entendido a partir da variável renda está relacionado à chamada “linha de pobreza”, na qual se estabelece um valor considerado suficiente para suprir as necessidades mais básicas. Quem possui recursos abaixo do mínimo estipulado é considerado pobre. De acordo com Rocha (2003), existem duas linhas: a linha de indigência ou de pobreza extrema, quando se pensa somente nas necessidades nutricionais, e a linha de pobreza, na qual se considera um conjunto maior de necessidades. Assim, o pobre seria aquele cuja renda encontra-se abaixo da linha de pobreza, sendo incapaz de atender a um conjunto de necessidades consideradas mínimas em determinada sociedade; e o indigente seria um subconjunto da pobreza, na qual a renda é insuficiente até mesmo para suprir as necessidades de alimentação.

¹ De acordo com a normas técnicas do PNUD, “o Índice de Pobreza Multidimensional” registra as múltiplas privações que as pessoas enfrentam em matéria de níveis de educação, saúde e vida. [...] mostra simultaneamente a incidência da pobreza multidimensional não relacionada com o rendimento (uma contagem per capita das pessoas em situação de pobreza multidimensional) e da sua intensidade (o número relativo de privações sobrepostas que as pessoas sofrem). Com base nos limiares de intensidade, as pessoas são classificadas como quase pobres, multidimensionalmente pobres e em situação de pobreza grave, respetivamente”.

No entanto, existem muitas formas de se entender a pobreza, que envolvem outros aspectos que não somente a renda e que variam de acordo com cada contexto local. Durante muito tempo, a pobreza foi interpretada de forma diferenciada entre os países desenvolvidos e os países pobres, cujo contraste ideológico se dava em função da cultura local. Essas divergências no entendimento produziram divergências também nas metodologias de mensuração e estratégias de atenuação da pobreza. Apenas ao final do século XX este tema ganhou um caráter científico e que perpassava as sociedades (TOWSEND, 1993).

De acordo com Townsend (1993), durante o século XX três alternativas conceituais sobre a pobreza foram desenvolvidas, elas envolviam as seguintes ideias:

- **Subsistência:** Neste caso, considera-se que são pobres aqueles que não ganham o mínimo para manter sua integridade física, considerando aqui somente as necessidades físicas, como alimentação, habitação e vestuário.

Atualmente, o conceito de subsistência seria correspondente ao conceito de pobreza absoluta, que consiste em se ter o mínimo necessário para a sobrevivência física (ROCHA, 2003).

Este conceito de subsistência foi muito criticado por dois motivos: em primeiro lugar porque a quantidade, variedade e custo dos alimentos dependiam da cultura alimentar local, da produção e da disponibilidade dos alimentos. Além disso, mais do que necessidades meramente físicas, existem outras demandas sociais, como o direito ao trabalho, a participar da produção dos bens disponíveis, a se incluir na vida social.

- **Necessidades Básicas:** Esta concepção ganhou corpo na década de 70 e incluía dois elementos: as necessidades mínimas já previstas na teoria da subsistência e um conjunto de serviços essenciais, como água potável, saneamento, saúde, educação e transporte público. Esta concepção foi uma ampliação do conceito de subsistência e se deu em um contexto de desenvolvimento econômico e social. Aqui, o foco sai das necessidades mais individuais e passa-se às coletivas. Reconhece-se que a pobreza é condicionada pela estrutura social e que, portanto, é necessário combinar crescimento econômico, redistribuição e reorganização do mercado.

Codes (2008, p. 14) afirma que esta concepção “traz em seu bojo a ideia de que a diminuição das desigualdades de recursos entre indivíduos é colocada como objetivo social”. Dentro desta perspectiva, é possível destacar a definição de Rocha (2003, p.9), na qual a “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.”

- Privação relativa: Neste conceito, a pobreza precisa ser situada no tempo e espaço, visto que a privação ocorre de acordo com o modo de vida de determinada sociedade e é mutável de acordo com a época. Segundo Codes (2008, p.15): “a pobreza é definida em função do contexto social em que se vive, a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como as diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica”.

Além disso, a privação se denomina relativa porque ela é percebida a partir de uma comparação, seja entre os integrantes de uma mesma comunidade ou entre comunidades distintas. Ela ocorre quando um indivíduo não consegue obter os recursos materiais e serviços que lhe possibilitem desempenhar seu papel enquanto membro de uma sociedade, considerando-se todas as esferas da vida. Neste sentido, o conceito de privação relativa está relacionado ao de cidadania, entendido aqui como acesso a serviços e possibilidade de exercer os direitos sociais. Citando Marshall (1967, p.76): “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. E também ao de desigualdade social, que consiste na diferenciação de acesso e recursos entre pessoas de uma mesma comunidade.

Amartya Sen, economista indiano ganhador do Prêmio Nobel, desenvolveu outra concepção sobre a pobreza, dando um novo rumo aos conceitos existentes: a pobreza vista como uma privação de capacidades. As capacidades que uma pessoa possui são entendidas como “as liberdades substantivas para levar o tipo de vida que ela tem razão para valorizar”. (2010, p.120). Assim, as capacidades estariam relacionadas às condições de se levar determinado modo de vida a partir de escolhas pessoais e oportunidades de acesso. Segundo o autor, as liberdades instrumentais envolvem os seguintes aspectos: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais,

garantias de transparência e segurança protetora. Seguindo esta lógica, seriam fatores de privações: a pobreza, o desemprego, doenças, baixa escolaridade, negligência dos serviços públicos, a negação de liberdades políticas, enfim, o que se relaciona à exclusão social.

A teoria de Sen se encontra no campo da justiça social e busca uma maior compreensão das causas da pobreza. O foco da perspectiva da capacidade está na finalidade daquilo que uma pessoa busca e nas liberdades de poder alcançar seus fins, ao contrário de outras perspectivas na qual o foco está nos meios de se alcançar, ou seja, na renda (2010, p.123).

O autor compreende que a renda é um fator de geração de capacidades, porém não o único. A própria relação entre renda e capacidade é variável entre comunidades, sendo afetada por fatores como idade, papéis sexuais e sociais, localização e condições epidemiológicas. Algumas desvantagens, como idade ou deficiências, podem reduzir o potencial do indivíduo de auferir renda e também tornam mais difícil a conversão da renda em capacidades, pois essas desvantagens podem levar a necessidades de uma renda maior para conseguir os mesmos funcionamentos. Por exemplo, uma pessoa com deficiência pode ter gastos adicionais com assistência à saúde do que outra pessoa sem essa desvantagem para adquirir as mesmas capacidades. Assim, a pobreza real considerada pela privação de capacidades pode ser ainda maior se comparada somente do ponto de vista de renda. (2010, p.121).

Ainda nessa relação entre capacidade e renda, assim como maiores rendas auxiliam na obtenção de capacidades, a recíproca também seria verdadeira, ou seja, algumas capacidades auxiliariam na obtenção de renda. Deste modo, existindo por exemplo serviços de saúde e educação adequados e de amplo acesso, a tendência é que os sujeitos desenvolvam maior capacidade de obter renda.

Sen (2010, p.122) chama a atenção para o fato de que a privação relativa de rendas pode gerar privação absoluta de capacidades. Assim:

Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada pelos padrões mundiais. Em um país generalizadamente opulento, é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo *funcionamento social*.

Este conceito está relacionado ao de exclusão social, que se refere às

dificuldades que um indivíduo encontra para participar da vida social em determinada comunidade. Neste sentido, a perspectiva de capacidades estaria diretamente ligada ao acesso aos serviços e bens disponíveis e às oportunidades de participar ativamente da comunidade em que se está inserido.

A teoria de Sen abriu espaço para a abordagem da pobreza sob uma perspectiva multidimensional, que considera a pobreza algo complexo, formado por diversos fatores e não somente a renda. De acordo com Codes (2008), os estudos atuais sobre a pobreza a consideram como “um fenômeno multidimensional e complexo, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados”. Assim, os estudos recentes tendem a considerar indicadores que englobam diferentes fatores de influência sobre a pobreza, como o IDH, por exemplo, que engloba aspectos referentes à longevidade e educação, além da renda.

Neste contexto de pobreza numa abordagem multidimensional, é possível associar a pobreza às condições de vida de uma população, isto é, à forma como uma comunidade vive e os serviços e direitos a que tem acesso. O índice de condições de vida (ICV), além dos aspectos mensurados pelo IDH, inclui indicadores referentes à habitação e à infância (BNDES, 2000). O IBGE, em sua análise sobre as condições de vida da população brasileira em 2013, utilizou como critérios de análise aspectos demográficos, arranjos familiares, habitação, educação, saúde e renda.

De acordo com as teorias vistas até o momento, é possível compreender a situação de vulnerabilidade em Jardim Gramacho dentro de uma perspectiva multidimensional. A pobreza na região é proveniente de um conjunto de fatores, além da baixa renda, como serviços públicos disponíveis precários, desemprego, falta de oportunidade política e a própria configuração do território, que se deu em função do aterro. Além disso, a teoria das capacidades de Sen também se aplica, vista a baixa escolaridade da população como um todo, o que impede o acesso a trabalhos formais e que exigem um mínimo de escolaridade. Com o fechamento do aterro, a capacidade de trabalhar com o lixo também foi descartada.

A pobreza também pode ser compreendida a partir de um ponto de vista “estrutural”, isto é, como parte inerente ao próprio sistema capitalista. O capitalismo consiste na retenção do capital por setores privados, isto é, na posse de insumos e recursos produtivos na mão de poucos, enquanto os demais vendem sua força de trabalho. Apesar de regido por uma relação contratual, os trabalhadores estão em uma

relação de desvantagem em relação aos proprietários, visto que o trabalho deverá gerar o lucro e a mais valia, sendo esta correspondente à produção gerada pelo trabalhador além do que seria necessário para suprir o “custo” do seu trabalho, são as horas que o trabalhador produz sem receber por isso. (STOTZ, 2005)

O capitalismo transforma tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho. Alguns direitos sociais também são transformados em bens de consumo, como a saúde e a educação. (VALLA, 2005, p.41). Isso faz com que muitos trabalhadores não consigam acessar certos serviços ou ao menos não com a mesma qualidade dos que podem pagar por isso.

Este sistema é baseado na concentração de renda, na acumulação de capital, desta forma, tem-se de um lado a riqueza acumulada e, de outro, a pobreza. Se a concentração de renda é inerente ao capitalismo, é possível supor que, sem regulação, não haverá a distribuição de renda aos mais desfavorecidos. Conforme afirma Stotz (2005, p.61): “A renda do capital aumenta muitas vezes mais do que a renda do trabalho.”

Outra questão é que o desemprego é considerado parte do funcionamento do sistema. De acordo com Stotz (2005, p.60), “O desemprego de parte da força do trabalho é uma necessidade para o capitalismo evitar a pressão pelo aumento dos salários”. Assim, ter uma reserva de mão de obra faz com que os salários se mantenham em um patamar menor do que seria possível, aumentando cada vez mais os lucros dos donos do capital e reduzindo o valor da força de trabalho.

Além disso, com a evolução das tecnologias, buscou-se empregá-las em muitos ramos de atividades, de modo a se produzir uma maior quantidade em um tempo menor. Este fato impactou no desemprego estrutural, aquele no qual as vagas de trabalho deixam de existir. Para conseguir um novo emprego, é necessário que o trabalhador possa se requalificar ou buscar novas “competências” para atuar em outra área. Assim, retomando o fato de que a educação virou um bem ao qual só tem acesso as pessoas mais favorecidas, aqueles que não têm condições de pagar por essa qualificação acabam ficando à margem do mercado de trabalho. Assim, citando Valla (2005, p. 47): “Aos menos qualificados, cada vez mais a única saída é o trabalho informal (sem carteira assinada). Com isso se pode concluir que a pobreza dificulta a própria superação da existência do pobre”.

Esse fato remete a outros dois aspectos importantes relacionado à pobreza, a individualização da pobreza e o ciclo da pobreza. O primeiro aspecto consiste no fato de se culpabilizar o pobre pela sua situação. Está baseado em um discurso de “meritocracia”, no qual se acredita no esforço individual para a conquista de um bom posto de trabalho. Aqui não são levadas em conta as diferenças de oportunidade e nem de acesso, e o trabalho não é entendido como parte das políticas sociais. De acordo com Ribeiro (2005, p.21), “(...) o trabalho, nos termos da ideologia dominante, deixa de ser o centro ordenador de políticas sociais, transformando-se em oportunidade (individual) de obtenção de renda, o que individualiza a experiência da pobreza”.

Já o ciclo da pobreza, refere-se ao fato de que, uma vez determinada a condição de pobreza, é muito difícil de se conseguir superá-la. A pobreza é entendida como uma trajetória, um processo de “desqualificação social” (PAUGAM, 2003). Três fases deste processo são definidas por Paugam (2003): fragilidade, dependência e ruptura. Na primeira fase, há uma “deslocalização social”, isto é, quando por algum motivo, sua situação social se altera e o indivíduo vive negativamente esta nova condição. Geralmente ocorre quando há desemprego, perda de moradia ou algo que o indivíduo sinta como fracasso. Porém, ao não conseguir a reinserção no mercado de trabalho ou a superação da situação em que se encontra, o indivíduo passa à próxima etapa, a dependência, na qual é necessário recorrer aos serviços de assistência social disponíveis. A última etapa, a ruptura, segundo Paugam, é: “produto de uma soma de fracassos que conduzem a uma acentuada marginalização” (2003, p.39). Nesta fase, as pessoas já não têm esperança de sair da situação em que se encontram e, por isso, muitas vezes recorrem ao álcool e/ou a outras drogas. Muitas pessoas vão diretamente da primeira à última etapa, não chegando sequer a ter acesso às redes de proteção social.

Essas fases estão relacionadas ao conceito de desfiliação social, uma forma de “dissociação do vínculo social” (CASTEL, 1997, p.22), em que os pobres estariam não apenas privados de recursos materiais, mas também fragilizados em sua rede de relações. Neste sentido, Castel (1997) define a pobreza como um efeito da conjunção de dois vetores: integração/exclusão no trabalho e inserção/isolamento em uma sociabilidade sócio-familiar. Deste modo, ele traça quatro zonas do espaço social que uma pessoa poderia ocupar:

- Zona de integração: quando se tem a garantia de um trabalho formal e laços relacionais sólidos;

- Zona de assistência: situação em que não se está no mundo do trabalho por uma questão de incapacidade, mas possui uma forte inserção social.
- Zona de vulnerabilidade: ocorre quando se está numa situação de precariedade do trabalho e fragilidade relacional;
- Zona de desfiliação: neste caso há ausência de trabalho e isolamento social. Aqui encontram-se os denominados “vagabundos”.

Castel atenta para o fato de que essas zonas se cruzam, em especial a da desfiliação e da vulnerabilidade, nos casos em que a precariedade do trabalho está associada à fragilidade das relações, podendo se acentuar em função do contexto. Desta forma, o autor afirma que “a vagabundagem não é assim senão a superfície mais visível do *iceberg* da vulnerabilidade.” (1997, p.31).

Esta forma de se entender a pobreza baliza o entendimento sobre a chamada “nova pobreza”, que se remete à precarização do mercado do trabalho - informalidade, desemprego, baixos salários - e enfraquecimento dos vínculos sociais - divórcios, famílias monoparentais, aumento de pessoas vivendo sozinhas. (PAUGAM, 2003, p.31).

Jardim Gramacho apresenta uma grande taxa de desemprego por falta de qualificação profissional, vivendo a maior parte de seus habitantes do trabalho informal, muitas vezes temporário e com salários bem baixos. Em relação às zonas do espaço social, pode-se dizer que Jardim Gramacho está em uma zona de vulnerabilidade, apesar de os indivíduos manterem laços sociais sólidos dentro da própria comunidade, estes são fragilizados ao se considerar uma inserção social mais ampla.

CAPÍTULO 2 - DADOS SOBRE A EXTREMA POBREZA EM JARDIM GRAMACHO

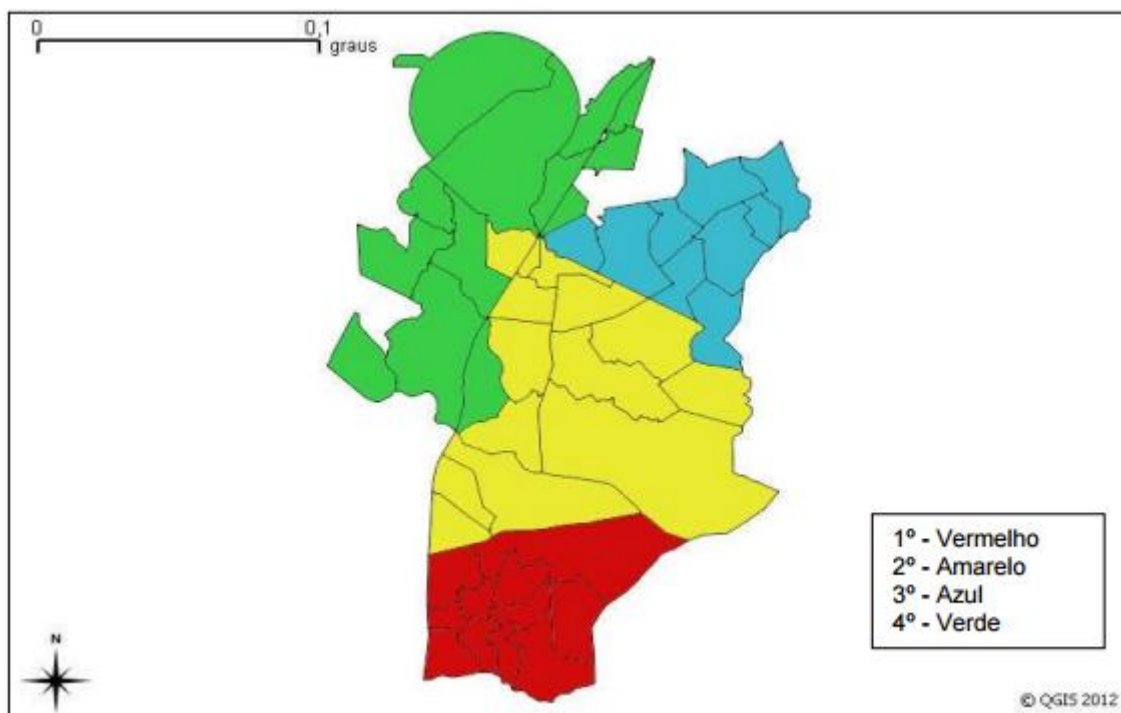
Jardim Gramacho é um território que apresenta bolsões de extrema pobreza, sendo que, ao mesmo tempo, está localizado no município de Duque de Caxias, um dos municípios de maior arrecadação fiscal do estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias possui uma área de 470,52 km², na qual se distribui uma população de 855.046 habitantes, conforme o censo de 2010, e se divide em quatro distritos, sendo que Jardim Gramacho se localiza no primeiro deles, não aparecendo como um bairro oficial.

Quadro 1: Relação de bairros por distrito do município de Duque de Caxias

Distrito	Bairros
Primeiro	Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Parque Sarapuí, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Olavo Bilac, Bar dos Cavalheiros.
Segundo	Jardim Primavera, Saracuruna, Vila São José, Parque Fluminense, Campos Elíseos, Cangulo, Figueira, Chácara Rio-Petrópolis, Chácara Arcampo, Eldorado, São Bento, Pilar.
Terceiro	Santa Lúcia, Santa Cruz da Serra, Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Parada Morabi, Taquara, Cidade Parque Paulista, Barro Branco.
Quarto	Xerém, Parque Capivari, Mantiquira, Lamarão, Amapá, Santo Antônio, Meio da Serra, Cidade dos Meninos.

Fonte: Duque de Caxias, 2012a – com base em dados do IBGE

Figura 1: Mapa de Duque de Caxias dividido por bairros e distritos



Fonte: Duque de Caxias, 2012b

De acordo com Ribeiro e Do Carmo (2013, p. 229):

Segundo documento da Secretaria de Desenvolvimento de Duque de Caxias (2008), o município tem o 10º maior Produto Interno Bruto (PIB) do País e o 2º maior do estado do Rio de Janeiro, devido às exportações, incluindo as de petróleo e de seus derivados. A cidade ocupa o segundo lugar no *ranking* de arrecadação de ICMS do estado, perdendo somente para a capital. No município está localizada uma das maiores refinarias da Petrobras, a REDUC, que possui um polo gás-químico e conta com uma usina termelétrica (COEP, 2005). Em contrapartida, ocupa a 1.782ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sendo o município encarado como um exemplo do paradoxo da desigualdade do País (MIGUELES, 2010).

O IDH, segundo definição do PNUD, apresenta um resumo do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Em Duque de Caxias, podemos observar o seguinte cenário:

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Brasil 1991, 2000 e 2010.

Local / Ano	1991	2000	2010
Duque de Caxias	0,506	0,601	0,711
Rio de Janeiro	0,573	0,664	0,761
Brasil	0,493	0,612	0,727

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

De acordo com os dados apresentados, Duque de Caxias vem melhorando o seu IDHM (IDH municipal) ao longo dos anos e, em 2010, apresentou um IDHM considerado alto (acima de 0,7). Seu IDH está um pouco abaixo da média brasileira e do estado do Rio de Janeiro, sendo, porém, bem próximo.

No entanto, conhecendo-se a realidade local de Jardim Gramacho, sabe-se que a situação de desenvolvimento não condiz com o IDH apresentado pelo município. Além disso, medidas sintéticas, como o IDH, apresentam limitações ao tentar representar uma realidade complexa, assim, um número não dá conta de interpretar os diferentes conceitos de condições de vida, sendo necessário buscar novos dados que permitam conhecer melhor a realidade da região.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pela ONG TETO, no período de julho a setembro de 2013, com 652 moradores de uma das subcomunidades da região de Jardim Gramacho:

74,8% das moradias ainda não possuem água encanada; 93,6% dos lares obtêm energia elétrica de forma irregular; e apenas 5% das casas estão conectadas a uma rede de esgoto. Além disso, a enquete revela que só 10,3% das pessoas maiores de 25 anos terminaram o ensino fundamental e que menos da metade (38,3%) dos adolescentes entre 15 e 17 anos não frequentam qualquer instituição escolar (Fonte: <http://ciclovivo.com.br/noticia/moradores-do-jardim-gramacho-rj-vivem-sem-agua-encanada-esgoto-e-energia>).

Abaixo, é possível observar a incidência da pobreza e desigualdade do município de Duque de Caxias e o índice de Gini da região. Este índice possui uma variação entre zero e um. Quanto mais próximo o índice se encontra de zero, menor é a concentração de renda e, quanto mais próximo de 1, maior a concentração.

Tabela 2: Incidência da Pobreza e Desigualdade - Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2003.

Incidência da Pobreza e Desigualdade	
Incidência da Pobreza	53,53%
Limite inferior da Incidência de Pobreza	49,79%
Limite superior da Incidência de Pobreza	57,27%
Incidência da Pobreza Subjetiva	29,18%
Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva	27,61%
Limite superior Incidência da Pobreza Subjetiva	30,75%
Índice de Gini	0,42
Limite inferior do Índice de Gini	0,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.
NOTA: A estimativa do consumo para a geração destes indicadores foi obtida utilizando o método da estimativa de pequenas áreas dos autores Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002).

Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330170&idtema=19&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>. Acesso em: 03/07/14.

Percebe-se na tabela que o índice de pobreza é bastante elevado, atingindo mais de 50% e o índice de Gini aponta a presença da concentração de renda, já que se afasta de zero.

De acordo com o PNUD (2013), em 2010, 6,07% da população caxiense com 25 anos ou mais era analfabeta, a maior parte da população possuía o ensino fundamental completo (54,92%), uma grande parte havia concluído o ensino médio (33,09%) e somente 5,50% apresentava o nível superior completo. Além disso, apesar da perceptível redução da vulnerabilidade ao longo dos anos, o município ainda apresenta uma grande taxa de pessoas vulneráveis à pobreza (28,43%).

Tabela 3: Vulnerabilidade Social em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 1991, 2000 e 2010

Vulnerabilidade Social - Duque de Caxias - RJ			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	33,87	21,44	14,07
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	75,72	60,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	18,85	6,59	3,91
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	16,55	10,45
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,42	4,19	2,65
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	3,90	4,05
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	14,63	18,71	21,00
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,19	2,41	1,79
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	11,48	9,76	5,44
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	55,28	42,16	28,43
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	45,20	30,95
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	85,52	85,94	88,87

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/duque-de-caxias_rj#vulnerabilidade. Acesso em 26/01/2016.

Cabe destacar que uma das grandes dificuldades na elaboração deste estudo foi encontrar dados oficiais referentes a Jardim Gramacho. Devido a isso, buscou-se em maior medida dados do município no qual o bairro se localiza e a realidade local foi abordada na análise do trabalho de campo.

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA

As políticas públicas consistem no modo que o Estado tem de dar resposta às demandas sociais. Isto é, representam o compromisso público com as necessidades coletivas. Elas expressam o contexto social: a forma que uma sociedade é organizada e o que ela pretende alcançar.

Martins (2003, p.28) afirma que “as políticas públicas dispõem usualmente sobre ‘o que fazer’ (ações), ‘aonde chegar’ (objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e ‘como fazer’ (princípios e macroestratégias de ação).”

Para uma política pública ser considerada legítima, ela deve atender ao interesse público, materializando os direitos sociais expressos na legislação. Ademais, ela deve considerar a diversidade existente na sociedade, pois, conforme preza Hannah Arendt (2002, p.1), “a política baseia-se na pluralidade dos homens” e, justamente por isso, deve considerar as diferenças de modo a garantir a igualdade de direitos.

Seguindo esta linha, as políticas de combate à pobreza refletem o conceito de pobreza que permeia o imaginário de determinada sociedade em determinado tempo e a visão de futuro do que se pretende alcançar em termos de justiça social. Assim, por exemplo, na Inglaterra do século XVII, uma das primeiras iniciativas do Estado correspondia à lei elizabetana conhecida como Lei dos Pobres, que enxergava a pobreza dentro de uma perspectiva de subsistência e que tinha como objetivo aliviar a pobreza e coibir a vadiagem. No entanto, ela era entendida como caridade e não como um direito, sendo bastante estigmatizadora. De acordo com Marshall (1967, p.72):

A Poor Law tratava as reivindicações dos pobres não como uma parte integrante de seus direitos de cidadão, mas como uma alternativa deles - como reivindicações que poderiam ser atendidas somente se deixassem inteiramente de ser cidadão.

No pós-guerra, começam a se desenvolver as estruturas do estado de bem-estar social, que passam a entender a pobreza dentro de uma visão mais complexa e compreende a proteção social como um direito político. Esping-Andersen (1990) define o desenvolvimento de três regimes de welfare states, que na prática não ocorrem na sua forma pura, mas misturados entre si:

- **LIBERAL:** caracteriza-se por uma assistência direcionada aos setores de baixa renda, com benefícios mínimos. Neste modelo, há uma estigmatização dos beneficiários, visto que de forma geral eles estão excluídos do setor produtivo, sendo dependentes do Estado. O Estado incentiva o mercado direta (via subsídios) e indiretamente (quando fornece apenas o mínimo).
- **CONSERVADOR:** Neste modelo, há predomínio do corporativismo estatal, com a proteção do “status” social, sendo o direito relacionado à classe. Assim, os benefícios são diferenciados de acordo com a classe e vinculados à contribuição. Ocorre uma grande estratificação de classes, com o mínimo de impacto em termos de redistribuição.
- **SOCIAL-DEMOCRATA:** Este regime preza o princípio da universalidade, promovendo uma igualdade de direitos e fornecendo benefícios com um alto padrão de qualidade e atendendo às diferentes expectativas, diferentemente dos demais regimes. O autor afirmar que, neste modelo, há uma mistura entre o liberalismo e o socialismo, visto que a proteção social visa gerar emancipação. Uma das características deste regime é a fusão entre trabalho e serviço social. É o único modelo que prega o pleno emprego, sendo este necessário para o funcionamento do sistema.

Compreender estes regimes é importante para relacionar os modelos de proteção social vigentes. Atualmente, é possível pensar no modelo de assistência, quando se tem em conta os valores do regime liberal. No modelo de assistência, tem-se uma cobertura dos serviços residual, somente para os comprovadamente pobres. Já o modelo de seguro social, baseia-se no regime conservador. Aqui, trata-se de um modelo contributivo onde ficam assegurados somente aqueles que têm condições de pagar. O regime social-democrata inspirou os modelos de seguridade, isto é, aqueles que são universais, voltados para todos os cidadãos tendo como princípio os direitos sociais.

No Brasil, os modelos de proteção social se iniciaram na década de 1920, com as denominadas caixas de aposentadorias e pensões (CAP), instituídas pela Lei Elói Chaves, dando início ao seguro social brasileiro. As CAP eram mantidas pela União, empresas e trabalhadores. Os benefícios contemplavam assistência médica, medicamentos, aposentadoria (por invalidez, velhice e tempo de serviço), auxílio funeral e pensão para dependentes. Esses benefícios eram proporcionais às

contribuições dos trabalhadores. De modo geral, até 1930 parte dos trabalhadores usufruíam os benefícios oferecidos pelas grandes empresas ou pelos CAP. No entanto, uma grande parte continuava excluída desses benefícios. Na década de 1930, tem-se a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em substituição aos CAP. Os IAP organizam-se por categorias profissionais (e não por empresas), o que permite uma maior inclusão de trabalhadores e criando um padrão para os benefícios em termos nacionais; os sindicatos passam a se vincular ao sistema previdenciário. Em 1967, a previdência se unifica por meio da criação do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. (BRAGA & PAULA, 1981). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país adota um modelo de seguridade social, universal em sua cobertura e atendimento. Assim, constitucionalmente, o Brasil apresenta um modelo de seguridade próximo aos princípios sócio-democratas. No entanto, em sua aplicação, o modelo apresenta as dualidades próprias do regime liberal, em que o Estado atua apenas quando o mercado não dá conta de suprir as necessidades sociais.

Ainda na década de 1980, os países centrais iniciam a reformulação de suas políticas de seguridade social em função da crise fiscal, visando reduzir seus gastos. Assim, começam a surgir muitas iniciativas de enfrentamento da pobreza sendo divulgados pelas organizações multilaterais. Assim, inicia-se uma dualidade nos sistemas de proteção social: as políticas universais e as políticas focalizadas, quanto a esta última, entra em debate os programas de transferência condicionada de renda, porém, com uma perspectiva ampliada sobre a pobreza que inclui, além da renda, os indicadores de saúde, educação, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano. (VAITSMAN, ANDRADE e FARIAS, 2009).

As políticas sociais nos países em desenvolvimento tentam conciliar as estratégias de redução da desigualdade com o desenvolvimento. Essas estratégias se apresentam por meio de programas de renda garantida, que combinam a focalização nos mais pobres e as condicionalidades para desenvolvimento de capacidades. (KERSTENETZKY, 2009).

As políticas de transferência de renda começaram a ser implementadas no Brasil na década de 90, em um momento de estabilização monetária após o Plano Real, mas de restrições de financiamento social. Os primeiros programas foram implementados em 1995, em Campinas, no estado de São Paulo, e no Distrito Federal. Já em 1996, o Governo Federal criou o Programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI – que

tinha como condicionalidade a frequência escolar e objetivava eliminar o trabalho infantil. (VAITSMAN, ANDRADE e FARIAS, 2009).

Nesse período, também foi implementado por meio da Constituição federal o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que prevê a garantia de um salário mínimo mensalmente à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de se prover ou de ser provido por sua família. Em 2001 são lançados os primeiros programas de transferência de renda de âmbito federal: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Em 2003 estes programas são unificados, dando origem ao atual programa de governo: o Bolsa Família.

CAPÍTULO 4 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) é a atual política de combate à pobreza no Brasil e integra o Plano Brasil sem Miséria. Consiste em um programa de transferência de renda condicionada diretamente às famílias beneficiárias. Foi criado pela Lei nº 10.836, em 2004, reunindo os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás, já existentes à época.

São objetivos do Bolsa Família (Decreto 5.209/2004):

- I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV - combater a pobreza; e
- V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

O PBF considera a pobreza a partir de algumas visões de pobreza anteriormente estudadas. O primeiro ponto considerado refere-se à variável renda, e divide o público de beneficiários entre os extremamente pobres, entendidos como aqueles que possuem renda mensal per capita de até R\$ 77,00, e os pobres, aqueles que recebem acima de R\$ 77,00 até R\$ 154,00. Neste caso, considera-se a pobreza absoluta.

Os valores acima mencionados referem-se respectivamente às linhas de extrema pobreza e pobreza definidas para o país e atualizados no ano de 2014. Quando o programa surgiu, a linha de extrema pobreza possuía o valor de R\$ 70,00, que considerava a métrica internacional de US\$ 1,25 por dia (ROCHA, 2013).

De acordo com o nível de renda, os beneficiários poderão usufruir dos seguintes benefícios (Decreto 5.209/2004):

- Benefício básico: destinado somente para as famílias em situação de extrema pobreza, corresponde a um valor mensal de R\$ 77,00.
- Benefício variável: destinado a famílias de extrema pobreza ou pobres, desde que sejam compostas por gestantes, nutrizes ou crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. Corresponde a um valor mensal de R\$ 35,00 por beneficiário até o limite de R\$ 175,00 por família, ou seja, de 5 benefícios.
- Benefício variável vinculado ao adolescente: engloba famílias pobres ou de

extrema pobreza que possua adolescentes entre 16 e 17 anos, no valor de R\$ 42,00 até o limite de R\$ 84,00 por família, ou seja, de 2 benefícios.

- Benefício para superação da extrema pobreza: este benefício é devido às famílias cuja soma per capita dos benefícios continue sendo menor que o valor de R\$ 77,00. Ele é calculado levando-se em conta a diferença entre o valor per capita de cada pessoa da família com o valor de R\$ 77,01, multiplicado pela quantidade de membros da família.

Os benefícios básico e variáveis são acumuláveis até o valor de R\$336,00, sendo permitido o acúmulo de um benefício para a superação de extrema pobreza, se for o caso.

No entanto, o PBF também considera a pobreza por outro aspecto, o da privação das capacidades, ao compreender que para romper o ciclo da pobreza é necessário mais do que renda, mas mudança no acesso aos serviços públicos e no desenvolvimento de capacidades, estipulando para isso algumas condicionalidades de inserção no programa nas áreas de saúde, educação e assistência social.

As condicionalidades são compromissos firmados entre as famílias beneficiárias e o poder público no sentido de ampliar o acesso dessas famílias mais vulneráveis aos direitos sociais básicos. Assim, as famílias devem se comprometer a cumprir as condicionalidades colocadas pelo PBF e a administração pública deve se encarregar de disponibilizar os serviços e as condições de acesso. As condicionalidades têm o objetivo de garantir e ampliar o acesso dos cidadãos aos direitos sociais, ampliando suas capacidades, e por meio disso, romper o ciclo de reprodução da pobreza. De acordo com Rego e Pinzani (p.69): em relação ao programa, “seu efeito primário, além de garantir a subsistência imediata, é o de fornecer uma base material necessária para que os indivíduos possam desenvolver-se em direção a uma maior autonomia”.

Deste modo, para ter direito ao benefício, é necessário cumprir as seguintes condicionalidades: na área da saúde, as gestantes precisam realizar o pré-natal, elas e as nutrizes devem participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável, as crianças menores de 7 anos precisam ter seu cartão de vacinação em dia e frequentar as unidades de saúde para acompanhamento do seu estado nutricional e de desenvolvimento, além de outras ações conforme o calendário estipulado pelo Ministério da Saúde; na educação, as crianças e

adolescentes de 6 a 15 anos precisam estar matriculados em um estabelecimento regular de ensino e ter uma frequência de 85% das aulas, já o jovem entre 16 e 17 anos precisa estar matriculado e ter uma frequência mínima de 75%. Caso as famílias tenham dificuldades em cumprir estas condicionalidades, elas podem buscar auxílio na esfera da assistência social, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) ou da equipe de assistência social do município.

De acordo com descrições do site do MDS, o PBF é composto por três eixos principais:

a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

Apesar de ter objetivos sociais bem claros e o público bem definido, este programa tem recebido muitas críticas. Em 2007, por exemplo, com o anúncio de expansões do programa, ele foi atacado pelos partidos de oposição e pela mídia. Entre as críticas encontravam-se: os erros de focalização, alto custo de oportunidade, cunho assistencialista e gerador de dependência (ausência de portas de saída) e intenções eleitoreiras do programa. (KERSTENETZKY, 2009).

Kerstenetzky (2009) destaca, entretanto, que não há evidências de uso clientelístico do programa pelo governo central, visto que o monitoramento e a implementação são descentralizados. Quanto às questões eleitoreiras, mesmo os partidos de oposição também utilizam programas sociais como forma de se eleger. Em 2007, com a ameaça de corte da CPMF, que era uma das fontes de financiamento do Programa e que representava uma perda de 20 bilhões (10% do orçamento social), sem nenhuma previsão de substituição da receita, outros candidatos à presidência também foram contra a extinção da contribuição no senado, visando não perder esta forma de financiamento para seus futuros programas sociais, de apelo eleitoral. (KERSTENETZKY, 2009).

Quanto à questão da dependência, por meio da avaliação de dados do IBGE, a referida autora percebe que a taxa de participação de adultos no mercado de trabalho é maior entre os beneficiários e que o perfil de beneficiários é composto por pessoas que trabalham em empregos precários no setor informal da economia e que não recebem

uma renda suficiente para satisfazer suas necessidades básicas. Em relação a este aspecto, Jacoud (2013) destaca a importância do caráter completo do Bolsa Família ao ser a primeira política que alcança o público de trabalhadores que, apesar de estarem inseridos no mundo do trabalho, recebem uma renda insuficiente para uma vida sem pobreza. É uma política que atende a um público mais amplo do que aquele inserido nos riscos sociais clássicos, relacionados à inatividade, como o desemprego e a incapacidade, seja pela velhice, doença ou alguma deficiência. Deste modo, uma inovação do Programa Bolsa Família foi a introdução da cobertura para o risco da pobreza independentemente de uma situação de inatividade dos indivíduos. Além disso, o Programa não concorre com os demais programas previdenciários e assistenciais, mas os complementa, já que cobre um outro público.

No entanto, apesar de ser uma inovação, esta característica impacta em um fator que é crucial para o sucesso de uma política: a solidariedade. A solidariedade está relacionada a um sentido de identificação, de filiação social. É ela quem permite a coerção social, a manutenção de um corpo social estável. Em relação às contribuições sociais, a solidariedade impacta na predisposição ao pagamento destas, quando há um sentimento de que se está recebendo algo em troca ou de que se está auxiliando numa distribuição que seja percebida como justa. Segundo Kerstenetzky (2009), a disposição para pagamento de tributos é inversamente proporcional à focalização. Ou seja, os programas focalizados tendem a enfraquecer a solidariedade, pois as pessoas tendem a entender a política focalizada da forma “alguns pagam e outros se beneficiam”.

Quanto à focalização, Kerstenetzky (2009), em seu estudo, avalia que os erros de inclusão e exclusão do programa eram estimados em 49% e 46%, respectivamente, sendo que na inclusão, a maioria das pessoas que recebia o benefício não estava muito acima da linha de pobreza, recebendo uma renda de até meio salário mínimo. Considerando o objetivo do programa de reduzir a pobreza, o erro de exclusão era bem expressivo. Os motivos para este tipo de erro são, de forma geral: a questão da auto-declaração de pobreza, considerando pessoas que não têm conhecimento sobre seus direitos e nem da forma de recebimento; receio do estigma e da dependência a longo prazo; erros na lista de beneficiários, que é tratada localmente; um cadastro que não capta situações de risco de pobreza; e a restrição orçamentária. Neste sentido, a autora enfatiza que a eficiência primária se dá quando se consegue atingir exatamente o público a que a política se destina. Porém, na prática, costumam ocorrer os erros de

inclusão (vazamentos) e de exclusão, mantendo assim pessoas que não possuem o perfil desenhado ou excluindo potenciais beneficiários. Para tentar corrigir estes erros, os tomadores de decisão podem optar por critérios de eficiência secundários, que implicam problemas de equidade. Assim, se optarem por reduzir os erros de inclusão, o programa se torna menos extenso, mas acaba por incorrer no erro de exclusão. Se, ao contrário, optar por corrigir os erros de exclusão, o programa torna-se mais extenso e acaba por incorrer nos erros de inclusão. Caso decidam por atingir exatamente o público, será necessário investir em monitoramento e em uma base de dados confiáveis, tornando o programa mais oneroso. Deste modo, a autora sugere avaliar se não seria mais proveitoso gastar com o processo de ampliação do programa. “Do ponto de vista da equidade, a escolha de uma noção secundária, praticável, de eficiência é não neutra” (KERSTENETZKY, 2009, p.64).

Quanto às condicionalidades, a citada autora faz um importante apontamento: até o momento, não houve um investimento importante nos serviços de educação e saúde relacionados às condicionalidades do programa. Os serviços de saúde e educação públicos são de baixa qualidade e atendem majoritariamente à população pobre, mantendo a desigualdade. O investimento em educação é baixo (4,5% do PIB – gasto per capita de U\$ 1303/ano, enquanto a média de 30 países da OCDE é de U\$ 7527/ano); na saúde o mesmo ocorre: o investimento é de 8,8% do PIB - gasto per capita de U\$ 1500/ano, enquanto a média de 30 países da OCDE é de U\$ 3000/ano), sendo que sofreu ainda com o corte da CPMF. Sem investimento nessas áreas, não se torna possível a emancipação da população beneficiária. Na educação, por exemplo, a frequência escolar aumentou com o Bolsa Família, mas o desempenho escolar das crianças beneficiárias manteve-se aquém. Esse fato coloca em dúvida a motivação das condicionalidades na política: trazer autonomia ou ser uma forma de se “pagar” pelo benefício (princípio de que “não há almoço grátis”)? (KERSTENETZKY, 2009)

Apesar de todas as críticas, diversos estudos apresentam os impactos do programa e apontam para a queda da desigualdade no país. kerstenetzky (2009), por exemplo, observa que o Coeficiente de Gini manteve-se por um longo período de tempo na faixa de 0,6. De 2001 a 2006, este índice caiu para 0,56, equivalendo a uma variação negativa de 6%. Este número é relevante ao seu comparar ao de países da OCDE no momento de desenvolvimento de bem-estar social e com o próprio histórico do país. Esta redução parece se dar em função do aumento dos rendimentos do trabalho

(expansão do mercado formal e valorização do salário mínimo) e das políticas sociais, em especial do Bolsa Família, sendo que o impacto deste último na queda de 4,7% da desigualdade (1995 a 2004) representa cerca de 21%, sendo a fração da renda transferida de somente 0,5%.

Quadro 2: Bolsa Família: Contribuição para a Redução da Desigualdade e da Pobreza, e Avaliação de Impacto de “Linha de Base” (baseline) – 2005

Queda na desigualdade (1995-2004)	21%
Queda na pobreza (incidência de pobreza = proporção de pobres na população)	12%*
Queda na pobreza (severidade da pobreza = desigualdade de renda entre os pobres)	19%*
Gastos em alimentos, educação e vestuário infantil de famílias beneficiárias (FB)	Aumento**
Gastos em saúde e vestuário de adultos (FB)	Queda**
Frequência à escola (FB)	Impacto positivo sobre frequência e evasão escolar**
Progressão no fluxo escolar (FB)	Mais lenta**
Vacinação infantil (FB)	Sem impacto significativo**
Subnutrição infantil crônica (altura por idade) (FB)	Queda apenas entre crianças de 6 a 11 meses de idade**
Subnutrição infantil aguda (peso por altura e idade) (FB)	Queda apenas entre crianças de até 5 meses de idade**
Participação de adultos na força de trabalho (FB)	Aumento***

Fonte: Kerstenetzky, 2009.

Souza e Osório (2013), analisando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2011, afirmam que a renda per capita brasileira cresceu mais de 40,0%, e a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini diminuiu 9,2%, indo de 0,576 para 0,523. Já a pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população, sendo que o PBF em 2011 se apresentava como a principal fonte de renda dos extremamente pobres.

Em Duque de Caxias, a coordenação do PBF é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH, sendo que as condicionalidades de saúde e educação são acompanhadas pelas suas respectivas

secretarias municipais. De acordo com os dados levantados pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional do município - DESANS, em abril de 2010, foram beneficiadas 147.646 pessoas, correspondendo a 52.350 (35,4%) titulares e 95.296 (64,5%) dependentes, sendo que, dos titulares, 6.561 (12,53%) não possuíam dependentes. Ainda em relação aos titulares, 91,2% (48.062) eram do sexo feminino. Já para os dependentes, havia mais homogeneidade, sendo 48% (45.780) mulheres e 52% (49.516) homens. Apesar do expressivo número de beneficiários, o DESANS observou que somente 20% das famílias beneficiadas foram acompanhadas pela saúde em 2010. (DUQUE DE CAXIAS, 2012b)

Em relação à distribuição dos beneficiários pelos distritos do município, nota-se uma concentração no primeiro (26,4%) e segundo (26,3%) distritos. Além disso, 11.431 famílias não foram categorizadas por distritos, seja por erros na digitação no banco de dados, pelo fato de os endereços informados não pertencerem a Duque de Caxias ou a estes não estarem disponíveis na lista de bairros do município. Segundo análise do DESANS, “o fato de termos pessoas não residentes de Duque de Caxias e beneficiárias do PBF por este município evidenciam a necessidade de fiscalização no repasse desses benefícios.” (DUQUE DE CAXIAS, 2012b, p. 20).

Quanto à idade dos dependentes, percebe-se um grande número de adolescentes, dado relevante para a projeção de ações e programas para esta faixa etária.

Tabela 4: Distribuição dos dependentes do PBF por Faixa Etária

Faixa Etária	Nº de Beneficiários
> 1 ano	663 (0.7%)
Pré-escolar (1 a 6 anos)	25.622 (27.1%)
Escolar (7 a 9 anos)	18.690 (19.7%)
Adolescentes (10 a 18 anos)	50.321 (53.2%)

Fonte: Duque de Caxias, 2012b. DESANS, 2010 – Análise de dados do CadÚnico

Ainda com base nos dados do DESANS (Duque de Caxias, 2012b), observou-se que 44.823 (85,6%) das famílias beneficiárias do PBF ganhavam até R\$ 70,00 reais per capita mensais. Quanto aos valores totais referente ao benefício recebido, verificou-se que 6.557 (14,6%) beneficiários estavam recebendo apenas o valor mínimo. Enquanto, 38.266 (85,4%) recebiam algum benefício variável adicional, que variam de acordo com

a composição familiar. Quanto à situação de recebimento dos valores dos beneficiários do PBF no ano de 2010, 688 (1,3%) pessoas estavam com os seus benefícios bloqueados em relação ao valor básico ou adicional.

Tabela 5: Resumo do PBF em Duque de Caxias, 2010.

Indicador	Total
Taxa de Cobertura do PBF	88,4%
Benefícios transferidos	R\$ 5.073.267,00
Valor médio do benefício	R\$ 96,91
Tamanho médio das famílias beneficiárias	2,82 (\approx 3 pessoas / família)

Fonte: Duque de Caxias, 2012b

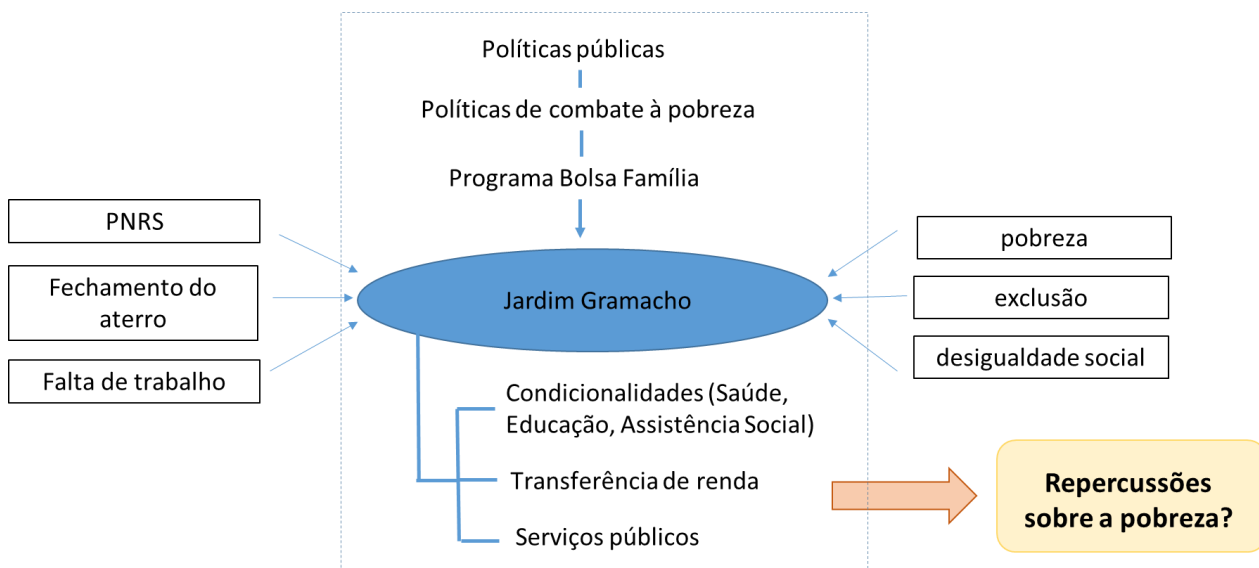
Apesar de todas as análises até o momento, cabe destacar que esta é uma política recente em processo de amadurecimento e que tem muito a ser investigada, em suas diferentes dimensões e espaços geográficos.

CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, visto que, além dos resultados, este método permite analisar o modo como o a política está sendo implementada na região. De acordo com Yin (2010, p.39), o estudo de caso pode ser utilizado quando se deseja compreender um fenômeno da vida real em profundidade e que englobe importantes condições do contexto. Este é o caso de Jardim Gramacho, no qual as condições locais e, em especial, o fechamento do aterro interferem profundamente nas condições de vida da população e no modo como o Programa Bolsa Família vem sendo implementado, bem como nos resultados apresentados.

O estudo teórico foi feito com base no seguinte desenho conceitual, que contempla os problemas sociais que perpassam Jardim Gramacho, como a pobreza, exclusão social e desigualdade; o impacto do fechamento do aterro a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e a forma como as políticas de combate à pobreza, mais especificamente o Programa Bolsa Família, por meio da transferência de renda e de suas condicionalidades, repercute sobre a pobreza na região:

Figura 2: Mapa conceitual



Fonte: Elaboração própria

Para dar conta do estudo, foi realizada uma análise documental, a partir de relatórios gerados pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias, mais especificamente o Diagnóstico Situacional do Município de Duque de Caxias, Georreferenciamento dos Equipamentos Públicos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Duque de Caxias e a Avaliação do Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família do Município de Duque de Caxias de 2012, com o objetivo de retratar as condições de vida atuais da população de Jardim Gramacho e o desenvolvimento ao longo dos anos de implementação do Programa Bolsa Família.

Também foi realizada a coleta de dados primários por meio da observação participante nas comunidades de Quatro Rodas, Beco do Saci, Remanso e Maruí, situadas em Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ, e da realização de entrevistas em profundidade com a população local, com perguntas semiestruturadas, envolvendo dois grupos: um formado por famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família e outro não contemplado por essa política, de modo que se pudesse comparar os resultados referentes às alterações nas condições de vida da população em função da política implantada na região. Foram entrevistados os responsáveis de cada família, que deveriam responder por toda a unidade familiar. Considera-se responsável o indivíduo maior de idade que se intitular como tal.

O primeiro critério de inclusão nos dois grupos foi a família conter integrantes que tenham atuado como catador no aterro de Jardim Gramacho ou que tenham vivenciado bem de perto a realidade do lixão. Cada grupo foi formado por 10 famílias, já que não houve saturação da amostra, isto é, não existiram redundâncias nas informações trazidas pelas entrevistas ou informações que não fossem relevantes ao objetivo da investigação (FONTANELLA, RICA e TURATO, 2008).

O primeiro grupo teve como critério de seleção o fato de serem famílias contempladas pelo Programa, desta forma, seguindo o perfil de inclusão no mesmo: são famílias cuja renda mensal por pessoa é menor ou igual ao limite de extrema pobreza (R\$ 77,00) ou com renda mensal por pessoa entre os limites de extrema pobreza e pobreza (R\$ 77,01 e R\$ 154,00), desde que possuam crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos na sua composição. Para possibilitar a análise de impacto do programa nas

áreas de saúde e educação e também os efeitos percebidos entre as gerações, as famílias deveriam possuir crianças e/ou adolescentes.

O segundo grupo teve como critério de escolha pessoas que estivessem em uma condição de renda similar às pessoas contempladas pelo programa ou um pouco superior, mas que por algum motivo ainda não foram ou não podem ser incluídas nele (falta de informação, desconhecimento, não fazer parte do perfil familiar ou não cumprimento das condicionalidades). Para manter um bom grau de comparação, estas famílias também deveriam ser constituídas por crianças e/ou adolescentes.

Para fins deste estudo, foram entrevistadas famílias residentes nas comunidades Quatro Rodas, Beco do Saci, Remanso e Maruí. Estas não se encontram demarcadas em nenhum sistema virtual de mapas, sendo difícil definir a localização exata. Desta forma, neste estudo será utilizada a denominação da localização considerada por seus moradores. O critério de famílias segue a definição do Programa Bolsa família, que a considera como “unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (Lei 10.836/2004).

Para se manter o número de 10 famílias em cada grupo, foram realizadas 25 entrevistas no total, sendo que 5 foram descartadas pelos seguintes motivos: não habitar em uma das comunidades, não demonstrar conhecer a realidade do aterro ou estar acima do limite de renda do Programa Bolsa Família. Neste último caso, o fato se repetiu, mesmo ao se tentar refazer a amostra. Assim, adotei famílias com ganho acima do valor estipulado, mas que não chegassem a um per capita de meio salário mínimo (R\$394), já que era um retrato real da situação encontrada.

O roteiro de entrevistas continha questões divididas nos seguintes aspectos: dados demográficos, saúde, educação, segurança alimentar, renda e habitação, critérios estes que estão relacionados ao Programa Bolsa Família (renda e condicionalidades de saúde e educação) e que levam em conta as condições de vida da população (habitação, considerando iluminação e saneamento) dentro de uma perspectiva de pobreza multidimensional, além de perguntas sobre o próprio programa. Os dados da entrevista foram avaliados por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011, p. 37) se constitui em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

Uma das limitações na análise das entrevistas foi a dificuldade de separar os beneficiários do Programa Bolsa Família e os do Renda Melhor, programa do estado, visto que os entrevistados recebiam o valor de forma conjunta e os mesmos demonstravam achar que se tratava do mesmo benefício, sendo a renda melhor um complemento.

O Programa Renda Melhor é um programa de transferência de renda que faz parte do Plano de Erradicação da Pobreza Extrema no Rio de Janeiro, cujo objetivo é assistir às famílias extremamente pobres, que vivem com renda per capita inferior a R\$100, e que são integrantes do Programa Bolsa Família. Filia-se ao desafio nacional pela superação da pobreza extrema, lançado pelo Governo Federal, com o Plano Brasil Sem Miséria. Os benefícios variam de R\$ 30 a R\$ 300, conforme a condição de vida de cada família. Diferentemente do Bolsa Família, o programa estadual considera a renda per capita presumida, a partir das informações do Cadastro Único: configuração física da moradia; acesso aos serviços públicos (água, esgoto, luz); nível de escolaridade dos integrantes da família; inserção no mercado de trabalho; presença de grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, idosos e crianças).

5.1 Questões Éticas

Por se tratar de uma pesquisa que envolve pessoas, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Ensp, conforme regulamentado na Resolução CNS/MS nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Para participar das entrevistas, os participantes tiveram que assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que especificava os objetivos da pesquisa e no qual ficava garantido o anonimato e a destruição das gravações e anotações após 5 anos.

5.2 Sobre o campo: aspectos gerais

A inserção inicial no campo foi um pouco complicada, pois havia indícios de aumento da violência no território. Segundo relato de pessoas que frequentam a região para realizar projetos sociais, uma hipótese seria a de mudança de facção do tráfico na região. Como não se trata do objetivo deste estudo, não busquei saber o motivo, apenas

tracerei uma nova estratégia de inserção: procurei o auxílio de uma ONG localizada na região e iniciei as entrevistas com o seu auxílio. Esta ONG, denominada Casa Semente, atua com a educação de crianças e jovens de 5 a 15 anos, no contraturno escolar, oferecendo ainda alimentação e infraestrutura para criação de hábitos de higiene, visto estas crianças não terem saneamento em suas residências.

Assim, tive acesso aos cadastros das famílias atendidas pela ONG, nos quais já continha a informação se era beneficiária ou não do Programa Bolsa Família. No entanto, esta ONG atuava em três outras comunidades (Remanso, Maruíim e beco do Saci) e não na Quatro Rodas, como eu inicialmente havia previsto. Como se tratam de comunidades com perfil similar à Quatro Rodas, ampliei a área geográfica do campo do projeto.

O cadastro das famílias já me deu um primeiro indicativo: o de que a maioria das famílias era atendida pelo Programa. Das 61 crianças existentes no cadastro no dia analisado, somente 9 afirmavam não possuir o benefício e 3 não haviam respondido sobre o benefício, ou seja, estavam sem a informação. A ida ao campo somente confirmou este fato: era muito difícil localizar as famílias não beneficiárias e, quando as encontrava, os motivos para não possuírem o benefício, de forma geral, se enquadrava ou na perda do mesmo pelo não cumprimento das condicionalidades, por estar acima do teto per capita de renda (mesmo sem que soubessem), por não ter informações suficientes acerca do programa (desconhecer suas regras ou como obter) ou por não possuir documentos.

Além da inserção nestas comunidades por meio da ONG, busquei o auxílio de uma liderança local na comunidade Quatro rodas, pois não queria deixar a comunidade fora do estudo. Assim, consegui fazer parte do estudo também nessa comunidade. Esta demonstrou a mesma questão em relação ao Bolsa Família: a maior parte dos moradores era de beneficiários, especialmente devido ao fato de que foram incluídos no Programa à época do fechamento do aterro sanitário de Jardim Gramacho. Segundo relato dos moradores, com a política Nacional de Resíduos Sólidos, que previa o fechamento do aterro, alguns dos catadores que receberam a indenização prevista no plano de fechamento do aterro foram incluídas no Cadastro Único da Caixa Econômica Federal, com abertura de uma conta por onde receberam a indenização e foram incluídas no Programa Bolsa Família.

Outro dado importante decorre daí: as famílias entrevistadas, em sua maioria, afirmam não ter tido acesso a nenhum outro benefício social antes do Bolsa Família, sendo que este só chegou de fato à região na época do fechamento do aterro.

A maior parte das pessoas que responderam às entrevistas são mulheres, justamente pelo contato que mantém com a ONG, sendo consideradas as responsáveis pela educação dos filhos. Além disso, elas estavam mais disponíveis no horário das entrevistas.

A observação imediatamente levou a perceber que a região continua bastante pobre e abandonada. O acesso aos serviços públicos é bem difícil, especialmente no que se refere a saneamento e saúde. A maior parte das habitações não possui saneamento adequado nem água encanada. O acesso à educação é que parece ter melhorado na região, estando a maior parte das crianças na escola, diferentemente ao que ocorria na geração atual de adultos, cuja escolaridade gira em torno da 4^a e 5^a série, ou seja, somente a educação básica. Ainda há muito lixo na região, lama, presença de animais nocivos, como ratos e cobras, além de moscas e de muitos porcos na região.

Outro fato que chama a atenção é que a maior parte das famílias é atendida por alguma ONG, projeto social ou entidade religiosa, que são bem atuantes na região, buscando suprir a ausência do Estado. Há desde ONGs que atuam com a construção de casas na região, como aquelas que atuam com reforço escolar, esportes e doações de itens de alimentação e vestuário.

Na comunidade Quatro Rodas, a que fica mais próxima ao antigo aterro, há reclamação sobre a instalação da BioGás, especialmente pelo odor emitido e chegam a afirmar que é pior do que quando existia o aterro. Quanto a este aspecto, a PNRS prevê o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos. Deste modo, em Jardim Gramacho, a empresa Novo Gramacho Energia Ambiental ficou responsável pela gestão de uma usina que fornece biogás produzido no antigo Aterro Metropolitano para a Petrobras (Reduc). São produzidos cerca de 70 milhões de m³ de biogás por ano, sendo este o primeiro gasoduto ligado a uma refinaria de petróleo no mundo. (REBIA, 2016)

Nas entrevistas notou-se que a questão das drogas e violência também possui relevância, sendo merecedora de um estudo posterior.

CAPÍTULO 6 - RESULTADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM JARDIM GRAMACHO

6.1 Aspectos relacionados a trabalho e renda

De forma geral, ao questionar quais pessoas da unidade familiar na qual o entrevistado habitava trabalhavam, o maior número de respostas remetia à figura do “marido”, tendo algumas mulheres afirmado que deixaram de trabalhar para cuidar dos filhos. Em alguns casos, as mulheres auxiliam fazendo biscates, mas expõem como sendo uma forma complementar à renda do marido. Nos casos em que era a mulher ou todos da casa que trabalhavam, não existia essa figura marital. Houve somente um caso no qual a mulher era a responsável pela renda principal, mas neste caso o marido ficara desempregado e havia acabado de receber o auxílio desemprego. Não se percebe diferença nessa configuração entre as famílias que recebem ou não o Bolsa Família.

Ao se perguntar sobre as formas de trabalho, percebe-se que a renda proveniente do lixo ainda é presente na região. Grande parte das famílias vivem da renda da reciclagem, trabalhando em depósitos. É um tipo de trabalho informal, sem carteira assinada, em que o pagamento é feito de acordo com a demanda (quando há trabalho). Outras formas de trabalho que aparecem na região são: conserto de eletrodomésticos, ajudante de mecânico, trabalho na construção civil, cozinheira, garçonne, trabalho em mercado, diarista (faxina e passar roupa), comércio. Uma outra fonte de renda que se pode observar na região e que chama a atenção é a catação de caranguejinhos no mangue e que são vendidos em feiras. Esses trabalhos também são considerados informais, ainda que em alguns casos a renda seja fixa, sendo que apenas uma família de cada grupo afirma possuir um trabalhador com carteira assinada. Não se percebeu diferença quanto às formas de trabalho entre os grupos de beneficiários e não beneficiários do Programa.

No momento de fechamento do aterro, metade das pessoas de ambos os grupos alegam ter recebido a indenização, 6 pessoas dizem não ter recebido e 4 não informaram sobre o tema. Há ainda casos em que somente um dos integrantes da família recebeu a indenização, mesmo com outros tendo trabalhado no aterro também. Os que receberam gastaram com a construção de casa, cômodos e/ou melhorias em sua habitação, compraram itens para a casa ou ajudaram conhecidos.

Ah, eu fiz barraco, fiz barraco pros outro, não comprei nada. Tenho até arrependimento do que eu fiz, sabe? Devia ter cuidado da minha saúde, né?
(Entrevista 14, grupo1)

Tudo o que eu não tinha eu tive. (...) eu comprei uma estante pra mim que eu não tinha, meu sonho era ter. Um guarda roupa que eu não tinha, meu sonho era ter, um fogão novo; as coisas pequenas, cafeteira, liquidificador... E fiz o meu barraco e fiz o barraco aqui com chão, botei piso no chão, telhado novo, madeira nova que estava tudo caindo. Agora se eu tivesse pegado o meu dinheiro e ele o dinheiro dele tinha feito uma casa pra mim de tijolo.
(Entrevista 19, grupo1)

Os que não receberam a indenização alegam os seguintes motivos: falta de documentação, menoridade à época, cobrança para ter seu nome inserido na lista ou não se inscreveu porque não acreditava que a indenização sairia.

No grupo que recebe o Bolsa Família, a renda, já considerando o benefício, varia de R\$117,00 (em uma família de 2 pessoas que só vive da renda do Bolsa Família) a R\$1.596,00 (família de 9 pessoas, que recebe uma média de R\$250/semana e mais R\$596,00 de Bolsa Família, já incluída a Renda Melhor). Cabe destacar que uma das famílias não soube indicar a sua renda mensal.

Em relação à renda per capita, este valor varia de R\$ 58,50 (na mesma família de 2 pessoas que só vive do BF) a R\$416,00 per capita (em uma família de 2 pessoas que recebe R\$180/semana e mais R\$112,00 do BF). Chama atenção o fato de que a renda per capita do limite inferior encontra-se abaixo do que é considerado como faixa de extrema pobreza (R\$77,00). Neste caso, a responsável familiar declara receber ajuda dos filhos e afirma que um deles, que é o pai de sua neta que vive com ela, também recebe Bolsa Família. Pode ser o caso de haver alguma incoerência no cadastro quanto à residência familiar. No entanto, aparece mais um caso em que a renda per capita é inferior ao valor limite da extrema pobreza, uma família de 8 pessoas que vive de R\$ 594,00 do Bolsa Família (já incluso o benefício Renda Melhor), cujo per capita equivale a R\$74,25. Isso demonstra que, apesar do Bolsa Família chegar às famílias, ainda há erro na implementação do mesmo, especialmente no cadastro e acompanhamento da configuração familiar e garantia do valor mínimo previsto na própria política.

Além disso, duas famílias apresentam renda per capita dentro do limite da pobreza (R\$104,42 e R\$146,66). Apesar de a política só garantir o benefício que cubra a renda per capita baseado na extrema pobreza, este dado comprova que, mesmo pelo

critério da renda, o Programa não dá conta de retirar as pessoas da pobreza, o que é um dos seus objetivos.

Já no grupo que não recebe Bolsa Família, a renda varia de R\$250,00 (família de 4 pessoas) a R\$1.000,00 (família de 3 pessoas), sendo que cabe novamente ressaltar que a renda não é fixa e varia de acordo com a oferta de trabalho. Tal fato fica muito claro quando se pergunta o quanto acha que seria o suficiente para viver sem dificuldades: as pessoas respondem mais ou menos a quantia que afirmam receber e, no exemplo abaixo, a responsável respondeu um valor até menor.

- Ah 500 reais por mês dava pra comprar umas compras.
- Mas não é isso que seu marido tira não?
- Não, ele pega 250 por semana. Ai, dá quanto por mês?!
- Por semana? Isso dá mil reais.
- É. Mas não é todo dia que ele trabalha não, às vezes ele vai, às vezes não. Que é um trabalho de... Ele cata ali material, ele bate, não é sempre que vem material, aí tem dia que não tem trabalho. (Entrevista 7, grupo 2)

A renda per capita deste grupo varia de R\$40,00 (em uma família de 10 pessoas, com renda de R\$400) a R\$333,33 (em uma família de 3 pessoas com renda de R\$1000,00). Além da família situada no limite inferior da renda per capita, existe mais uma família cuja renda per capita é menor que o limite da extrema pobreza, recebendo o equivalente a R\$62,50 per capita. Em seguida, vê-se duas famílias que se enquadram no limite da pobreza, recebendo respectivamente R\$80,00 e R\$131,33 per capita. Entende-se assim que, considerando o critério renda adotado na política, ainda existem pessoas que deveriam ser incluídas no Programa. As demais famílias encontram-se com um per capita acima do valor estipulado no Bolsa família, embora bem próximos, por exemplo, duas famílias que vivem com um salário mínimo (R\$788,00) e são compostas por 5 integrantes recebem um per capita de R\$157,60, somente R\$3,60 acima do estipulado.

Comparando-se os dois grupos, percebe-se que a variação de renda total não é muito diferente, sendo que o maior impacto se dá em relação à renda per capita, visto que no grupo que não recebe o benefício a renda per capita é um pouco inferior, já considerando o benefício no primeiro grupo. No entanto, percebe-se nos dois grupos a condição de extrema pobreza e pobreza.

De modo geral, as pessoas utilizam sua renda para comprar alimentos, água e gás. Em alguns casos, podem também comprar roupas e medicamentos, mas a renda é bem restrita. No grupo de beneficiários do Bolsa Família, a situação parece um pouco

melhor, apesar da restrição, e também citaram que utilizam o benefício na compra de material escolar. Uma das famílias alega que também utilizou a renda do Bolsa Família na compra de sua habitação.

É só, só comida. Parece que eu estou vivendo igual porco, só vivendo só de comida, igual lavagem, que é só comida. Só comida. Roupa, tem anos que eu não compro roupa. (Entrevista 5, grupo 2)

É tudo com comida, só penso em comida pros meus filhos, porque passar fome não dá não, filha. Só comida. Aí quando der eu compro uma roupinha para eles, pra mim mesmo não compro nada. Compro pra eles e faço minha comprinha. (Entrevista 11, grupo 2)

Eu consegui comprar esse barraco, estou conseguindo pagar o curso do meu filho, pago umas dívidas, que ajuda também, entendeu? Se for pra comprar o material, se estiver faltando dá, então está me ajudando pra caramba. [...] Ó, assim, eu pago a água, porque aqui é dividida as coisas. Eu pago a água, pude comprar algumas coisas pra dentro de casa, algumas dívidas também que eu faça assim por fora, entendeu? (Entrevista 15, grupo 1)

É, eu compro alimento, quando falta, pego as crianças levo pra Caxias, compro roupa pra eles, compro material de escola quando está faltando, esse mês mesmo, mês que vem eu vou ter que comprar umas coisa para eles, aí eu já levo elas para elas escolher o que elas quer comprar. (Entrevista 18, grupo 1)

Todos foram unânimes em responder que a renda era (muito) maior quando havia o aterro sanitário. Pelos relatos, os ganhos iam de 30-300 /dia, de acordo com o tipo de material coletado. O ganho do Bolsa Família, de modo geral, não supre a renda perdida com o fechamento do aterro, apesar de o programa ter chegado à região à época do encerramento. Apenas uma entrevistada alega estar mais satisfeita recebendo o Bolsa Família ao invés de trabalhar em depósito, mas assume que para o marido a renda era maior com o aterro.

Eu acho que era 150 por semana, na época. Então, aí que eu estou falando, não tirava muito, meu esposo que tirava mais, mas aí agora o Bolsa Família estou achando bem melhor, está entendendo? Que é um dinheiro certo. (Entrevista 15, grupo 1)

Há famílias no grupo de beneficiários que afirmam ainda que só conseguem pagar suas contas por causa da renda proveniente do seu trabalho, sendo o benefício um valor complementar. Tal fato remete a uma das características do Programa que o diferencia de outras políticas de combate à pobreza: a complementariedade, já comentada.

- *Essa renda permite que você cubra suas despesas até o fim do mês?*
- Não.
- *Não. O que cobre é o seu trabalho?*
- *É o meu trabalho. Porque é por mês e 112 a gente pensa que é muito, mas não é nada. Entendeu? É o meu trabalho graças a Deus e meu namorado que eu tenho que ele me ajuda, entendeu? Mas é mais do meu serviço, entendeu? Eu sempre trabalhei, graças a Deus, isso eu tive de bom, sempre trabalhei.* (Entrevista 1, grupo 1)

Ficou tipo um complemento, porque quando tinha o Aterro eu não tinha Bolsa Família, mas eu tinha a renda maior. E era bem maior o nosso dinheiro. Era mais, mas como fechou, não tem dinheiro do Aterro, aí junta com os 200 reais, que o meu marido recebe, então na semana que ele recebe e eu recebo o Bolsa Família, aí tem 300 reais. (Entrevista 17, grupo 1)

Quando se questiona qual seria a renda suficiente para conseguir passar o mês sem dificuldades, as respostas variam de R\$200,00 a R\$1700,00. Cinco famílias mencionam o salário mínimo como referência de valor suficiente para passar o mês e cinco sugerem valores abaixo desse patamar. No grupo 2, a expectativa em relação a este valor mensal parece ser menor que o grupo 1, tendo somente uma família afirmado que precisaria de um valor maior que o salário mínimo. Além disso, 3 famílias afirmam que o salário mínimo seria o suficiente, 1 não utiliza o salário mínimo como referência, mas sugere um valor em torno do mesmo, e 3 sugerem valores menores a este patamar. Neste grupo, uma família afirma não saber qual o valor necessário e uma família não respondeu a esta questão. Já no grupo 1, somente 2 famílias sugerem valores abaixo do salário mínimo, 2 utilizam o salário mínimo como referência e 6 se remetem a valores acima do salário mínimo. Desse modo, as famílias que recebem o benefício parecem ter uma expectativa maior em relação à necessidade de renda.

As pessoas, em sua maioria, não possuem crédito. Dentre essas, algumas tiveram seu nome inserido no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, quando houve alguma possibilidade de crédito junto a instituições financeiras. Tal possibilidade parece ter surgido a partir da criação de uma conta poupança para os catadores que receberam a indenização do fechamento do aterro, o que foi uma inclusão em termos de acesso bancário. Somente 2 pessoas afirmam ter alguma forma de crédito, sendo estas do grupo de não beneficiários. Deste modo, o Bolsa Família não demonstra ter qualquer influência sobre as formas de crédito, mas facilita o comércio local em termos de “venda fiada” e empréstimos entre conhecidos.

Melhorou alguma coisa porque ao menos se tomo um dinheiro emprestado com alguém hoje: “Quero tanto, vou te pagar.” Eu pago. Que tenho que contar com ele, não posso contar com mais nada. (Entrevista 14, grupo1)

A padaria, que às vezes eu pego as coisas lá fiado, eu pago. Entendeu? (Entrevista 15, grupo 1)

As famílias esperam que daqui a 5 anos a situação de vida esteja melhor, especialmente tendo conseguido um trabalho com carteira assinada. Apesar do auxílio que o Bolsa Família agrega à região, há uma valorização da renda obtida pelo trabalho e um desejo de inserção no mercado de trabalho. O discurso da “meritocracia” está presente nas falas e as pessoas culpabilizam sua situação como falta de esforço.

Ah, eu tenho fé em Deus que vai estar melhor. No ano que vem eu já falei pra Deus, já profetizei que eu vou arrumar um serviço de carteira assinada. E ter a minha casa, que é meu sonho tanto ter a minha casa, entendeu? (Entrevista 1, grupo 1)

Depende de nós, né? Por causa que pra nós que queremos melhoria nós tem que correr atrás, porque se nós ficar nessa aqui parado... Igual nós fica, se não tiver um serviço, não tiver um emprego certo nós nunca vai andar pra frente, vai continuar na mesma. (Entrevista 16, grupo 2)

No aspecto renda foi possível perceber que o benefício proveniente do Programa Bolsa Família faz diferença para as famílias, ampliando o seu poder aquisitivo e o crédito em termos de empréstimos locais e vendas fiadas. No entanto, não supre a renda perdida com o fechamento do aterro, atuando como um complemento à renda daqueles que trabalham. O impacto é maior para aquelas famílias que não conseguiram nenhuma outra fonte de renda. Além disso, foi possível notar que há erros em relação ao cadastro e acompanhamento das famílias, o que faz com que ainda existam famílias na linha da extrema pobreza.

6.2 Aspectos relacionados à saúde

Logo que se chega à Jardim Gramacho, tem-se a percepção de que é um local totalmente insalubre, seja pelo forte odor que continua existindo, apesar do fechamento do aterro, seja pela presença de muita lama e lixo, além da existência de moscas e urubus sobrevoando a região, como também pelos porcos que caminham pelas ruas. Ao

observar um pouco mais, confirma-se que não é mera impressão: falta saneamento, coleta ostensiva e disponibilidade de serviços de saúde no bairro.

Para atender à população, o sistema de saúde em Jardim Gramacho conta com 2 postos de saúde, segundo os relatos da população entrevistada. No entanto, de acordo com relatório do DESANS (Duque de Caxias, 2012b), os equipamentos públicos de Saúde disponíveis na região são: o Posto de Saúde Edna Siqueira Salles, a Unidade de Saúde da Família Jardim Gramacho I, II, III e V e a Unidade de Saúde da Família Jardim Gramacho IV. No entanto, em casos de emergência, as pessoas recorrem a hospitais fora de Jardim Gramacho: o Hospital Municipal Dr. Moacir Rodrigues do Carmo (Moacir do Carmo) e o Hospital Estadual Adão Pereira Nunes (Saracuruna), que ficam na Avenida Washington Luiz, e também o Hospital Infantil Ismélia Silveira (Infantil) e a UPA Pediátrica Dr. Walter Garcia Borges, que ficam no centro de Duque de Caxias. Para chegar aos postos de saúde, o acesso é mais fácil. Em geral, vão a pé ou de bicicleta e levam de 15 minutos a 1 hora para chegar, conforme a localização em que habitam e o modal escolhido. Para os hospitais é mais complicado. O Moacir do Carmo, apesar de não tão distante, é contramão, e, por isso, torna-se necessário pegar 2 ônibus, levando uma média de 45 minutos para chegar. Para o Infantil, pega-se somente um ônibus e leva-se de 1 a 2 horas para chegar. Cabe destacar que a maior parte das pessoas que habitam as comunidades não possuem carro e o acesso às ambulâncias também é difícil, de acordo com seus relatos. Além destes serviços, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) também atua na região. Nenhuma das famílias entrevistadas possui plano privado de assistência à saúde, tendo que acessar os serviços públicos disponíveis ou pagar por serviços privados via desembolso direto.

No grupo de beneficiários do BF, 8 famílias afirmam frequentar o posto de saúde, sendo que uma só leva as crianças para vacinar e outra só vai ao posto quando alguém está doente. Além disso, uma família utiliza clínica particular quando precisa e uma só frequenta o hospital. No outro grupo, também são 8 famílias que frequentam um posto, sendo que em uma destas somente uma pessoa frequenta por ser hipertensa. Duas famílias afirmam não frequentar nenhum dos serviços de saúde, a não ser em situações de emergência.

Em relação à qualidade de atendimento do posto, alguns usuários alegam dificuldade em agendar consultas, especialmente de dentistas, afirmam que os médicos

faltam e também não conseguem realizar exames, tendo que fazer em consultórios particulares. Tal fato aparece também em relação ao pré-natal.

Tive que pegar dinheiro com um, com outro emprestado. Agora está lá “doscopia...” Se tivesse o lixão aí, talvez eu tivesse trabalhando. Descia e já arrumava o dinheiro, né? Tem que falar, pedir um e outro... Está muito difícil, menina! Até para se cuidar. Que só a consulta foi R\$ 190 pra fazer aquele negócio que entra por dentro do estômago. E agora pra mim retirar o meu papel lá é quinta-feira. Quinta-feira, 10 horas tem que estar lá. Está marcado ali no papel. Tem que levar 50 reais pra mim saber o que eu tenho, se eu não levar eu não sei o que eu tenho. Eu fui no posto aqui que eu estava morrendo de dor, eu já estava torcendo, a mulher ainda falou assim: “Espera até 6ª feira!” Eu falei: “Mas como? Não tem nem um remédio para melhorar um pouco a dor?” Que já chego em casa passava... Já estava passando mal em casa. Sair pra lá, a mesma coisa, ela disse que não tinha remédio, a não ser sexta-feira. Eu falei: “Então se tiver que morrer, morre aqui, porque você não está nem aí”. Eu não gosto daqui. Eu vou lá pro do Carmo, ou então lá pro Campos Elísio, pro UPA. (Entrevista 14, grupo 1)

O posto daqui quando nós vai nunca tem nada. Não tem uma vacina. Um pré-natal mais ou menos que eles não faz pré-natal direito. Eles pede o exame que nós não tem nem serviço direito, é 150 o exame pra nós fazer. Nós tem que ficar dependendo dos outros pra ver se os outros consegue de graça. Que eles só dá mandado pra nós gastar do nosso próprio dinheiro, que nós não sabe. Aqui eles não faz um exame de sangue, aqui de vez em quando tem vacinação, nem sempre tem... Esse negócio de campanha quando passa na televisão pra ir pro posto aqui não tem a vacina, nós tem que arrumar o dinheiro da passagem emprestado com os outro pra ir no Infantil. Só no Infantil que tem. Aqui, Deus me perdoe! (Entrevista 16, grupo 2)

O pré-natal é uma questão bem sensível, apesar de fazer parte das condicionalidades do PBF. No grupo de beneficiários, 6 famílias afirmam ter feito o pré-natal em todas as gestações, mas entre essas, uma assume que não conseguiu ir a todas as consultas. A entrevistada mais velha, que é uma avó que cuida da neta, não fez o pré-natal em nenhuma das suas 10 gestações, teve seus filhos em casa, sendo que somente 2 tiveram a possibilidade de nascer em hospital, no entanto em outro município, pois à época ela ainda não vivia em Jardim Gramacho. Apesar deste caso não retratar o pré-natal no sistema de saúde da região, é relevante para conhecer a situação pregressa de onde vieram essas famílias e compreender a dificuldade de lutar por seus direitos sociais. Outra família afirma que não fez o pré-natal somente do primeiro filho, pois tinha somente 15 anos na época e não possuía informação de como proceder. Há outro caso em que a responsável afirma não ter conseguido cumprir completamente a agenda de consultas do pré-natal em nenhuma das gestações, porque suas consultas eram agendadas erroneamente, assim, ia até o posto e não era o momento

da consulta, chegaram a marcar inclusive em dia de domingo. A última família deste grupo alega ter feito o pré-natal nas quatro primeiras gestações direitinho, mas não das últimas três. Além da dificuldade em se chegar ao posto, o maior motivo para não ter participado das consultas foi porque se sentia enganada. Ela acreditava que haviam feito a sua laqueadura após o quarto parto e teve três gestações seguidas, o que a desmotivou a participar das consultas.

Fui fazer, mas parei. Porque meu sonho era ser ligada no Fulano² e eles me enganaram várias vezes. Falaram que eu estava ligada. Aí eu levei fé, aí depois do Fulano veio mais quanto? Veio o Ciclano, Beltrano e Sicrana, veio mais três. [...] também era distante, eu acho que é longe [...] mas eu fiz algumas. Eu não fiz as últimas, que no caso é a principal, né? Que é a de 8 meses e de 9 meses. (Entrevista 19, grupo 1)

No grupo de não beneficiários a situação é semelhante. Também 6 famílias afirmam ter realizado o pré-natal em todas as gestações, sendo que uma alega a dificuldade para chegar ao local visto ir a pé, principalmente em dias de chuva e conforme a barriga vai ficando mais pesada. No próprio dia em que a entrevista foi realizada, perdera uma consulta por esses motivos. Outra alega que, apesar de ter feito, havia problemas de os médicos faltarem, e outra alega dificuldade para pagar os exames. Há uma família que fez o pré-natal em duas de suas quatro gestações, uma família que não fez pré-natal porque não quis e uma que não fez somente em seu filho mais velho. Uma das famílias não respondeu sobre essa questão.

Não se notam variações entre os dois grupos que comprove os resultados das condicionalidades de saúde como motivação para o acompanhamento do pré-natal. De forma geral, as famílias demonstram buscar o serviço, mas enfrentam barreiras ainda relacionadas ao acesso, seja pela falta de informação, pela distância ou pela necessidade de gastar com passagens e exames, e, principalmente, quanto à qualidade dos serviços.

Ainda em relação à gestação, dois aspectos chamam a atenção nas entrevistas: problemas que ocorrem nos partos e a dificuldade em conseguir realizar a laqueadura. Em relação a este último, no momento da entrevista 2 responsáveis falaram que não haviam conseguido fazer a laqueadura e 1 disse estar na lista de espera, pouco tempo depois esta engravidou.

² Os nomes foram alterados para preservar a identidade das famílias.

Do Sicrano³ teve complicação, que ele foi puxado a ferro. A clavícula... Deslocou a clavícula por negligência médica. Foi ele e uma filha de uma colega minha aqui do bairro mesmo, dela foi o braço esquerdo, o dele foi o direito. [...] o meu filho veio com o braço amarrado e eles não me falaram nada. Na época era meu primeiro filho, eu não... Foi uma senhora que estava cuidado da filha dela também que teve neném que olhou e falou: O braço do seu filho está amarrado”. E eu não tinha reparado, quando eu fui dar banho, ela falou... Aí eu tinha tirado o negócio, ela falou: O braço dele estava mole, não estava correspondendo. Aí que eu fui correr atrás, ele estava todo machucado, todo roxo. O rostinho dele também, a cabeça dele estava inchada aqui assim. [...] E ninguém me explicou nada. E o mais incrível foi que do Sicrano, desse meu filho, eu fiz o pré-natal lá no antigo Duque que foi lá onde ele nasceu. Aí, quer dizer, teve o processo tudinho, né? Sei lá, né? Acontece com todo mundo, mas devido a estar no hospital... Porque se eu não estava aqui no posto é porque motivo teve porque o médico encaminha, né? Aí me encaminhou pra lá. Aí eu fiquei fazendo o pré-natal dele lá, aí aconteceu isso. (Entrevista 16, grupo 2)

Quanto à ESF, no grupo de beneficiários do BF, cerca de 8 famílias afirmam receber visitas, no entanto, dessas somente 2 realmente se sentem atendidas pelo Programa e afirmam ter frequência e conseguir consultas. As demais famílias alegam que os agentes visitam raramente e que só aparecem para colher a assinatura, e uma dessas afirma que as visitas só ocorriam durante sua gestação. No outro grupo, o número de pessoas atendidas pela ESF é menor: somente 4 famílias e as reclamações sobre o atendimento são semelhantes.

As famílias, em sua grande maioria, consideram-se saudáveis e entendem a saúde em uma perspectiva de ausência de doença. Em alguns casos, essa visão chega a ser mais restrita e a saúde é entendida como falta de deficiência, a não estar preso a uma cama ou a estar vivo. Além dessa definição, também aparece que saúde é “viver em um lugar saudável”, “ter boa alimentação”, “estar com o pulmão limpo”, “poder trabalhar” e “sentir-se bem”. Dentre as famílias que não se consideram saudáveis, os motivos são justamente pela presença de alguma doença, por não se sentir bem ou por ter algum integrante que bebe, fuma ou usa drogas.

Em relação ao fechamento do aterro, as opiniões se distribuem proporcionalmente. Algumas famílias acham que a saúde melhorou após o evento, especialmente pela diminuição do mau cheiro, da poluição, das moscas e pela redução de riscos de acidentes e até mesmo de perder a vida. No entanto, mesmo entre estas, a maioria preferia quando existia o aterro pela questão do trabalho e renda.

³ Idem

- Foi a B.A⁴. Ela foi cortada no meio.
- São três operação.
- Acidente na B.A, ela descendo do...
- Aí bateu assim, ele pulou e já veio pra cortar ela. Ela caiu...
- E foi me esmagando, me esmagando, aí os meninos conseguiu levantar aquele troço ali, o negócio...
- Chegou a estourar.
- O estômago. Fui operada do estômago, intestino. Intestino, estômago... Tudo meu foi operado por dentro. Arrebentou por dentro, foi fígado, intestino, foi tudo arrebentado, tive que operar. O intestino é costurado, meu estômago é cortado. Fiquei sem andar um ano, mas, graças a Deus, voltei a andar. Fiquei internada... Foi 2 anos de tratamento. Aí depois voltei pra tirar a colostomia aí fechou aqui. (Entrevista 6, grupo 2)

- Meu filho tem um problema, um acidente lá em cima, o mais velho, ele está recuperando, graças a Deus. Mas fora isso só eu mesmo, que vira e mexe estou no médico.
- E seu filho sofreu acidente no que, foi na Rampa também, não?
- Foi. Foi lá em cima. Foi um trator lá que quebrou lá, eu estava com ele, quebrou a perna dele, mas graças a Deus já curou. (Entrevista 14, Grupo1)

...caiu um negócio dentro do olho dele lá no lixão, ele ficou cego de um olho. Também não caçou um hospital, não caçou nada. Aí não ganhou nada também com esse negócio que se machucou na rampa. (Entrevista 16, grupo 2)

Há famílias que afirmam que nada mudou, pois ainda existem vazadouros. Dos que acham que piorou, entre os motivos encontra-se o aumento da violência e a exploração de biogás na região. Essa é uma questão de relevância na saúde dos moradores atualmente. Segundo eles, o processamento do biogás exala um odor muito forte e vem provocando problemas respiratórios. O cheiro chega a ser pior que o do antigo aterro.

- O único problema é esse gás aí. É mais fácil a gente morrer com esse cheiro do gás do que com o cheiro da Rampa que tinha.
- Chega no dia de domingo aí que tu não aguenta nem ficar dentro de casa, cara! Que o gás é insuportante. Ele sufoca. Sufoca...
- Na casa do Fulano, um colega nosso que mora ali na frente ali, você não aguenta nem ficar dentro da casa dele dia de domingo. Morre intoxicado de tanto gás. (Entrevista 19, grupo 1)

Está horrível, meu filho passou mal umas três vezes por causa do biogás. De madrugada, 3 horas da manhã, 6 horas, o cheiro do gás fica muito forte aqui, ele não consegue dormir direito. Começa arder as vista, pra respirar é horrível e fica dentro de casa, acumulado dentro de casa. Aqui não tem como não. (Entrevista 16, grupo 2)

Mudou pra mim não, mudou pro meu filho porque é muito gás, né? O cheiro do gás muito forte. Essa Petrobras aí, ali a Biogás. Porque tem muito forte aquele cheiro, quando começa a ventar, vem aquele cheiro forte, aí

⁴ Nome informal dado ao caminhão compactador de lixo.

prejudica, né? [...] Forte demais. Aí às vezes a gente está lá dentro pensa que é boião que está vazando gás, mas não é. A gente vai, está fechado o boião, quando sai na porta, aquele fedor lá vindo da rua. (Entrevista 13, grupo 2)

De forma geral, há prevalência de doenças respiratórias na região. Em 10 famílias, foi citado algum caso de bronquite e, em 1 família, broncolite, em 3 famílias, pneumonia. Também são relatados casos de hipertensão, infarto e anemia, além de doenças do sistema nervoso, como pânico, depressão e “perda de voz”. Além de doenças negligenciáveis, como: verme, desidratação, micose de porco e celulite. Foram relatados alguns casos de intolerância à lactose. Quanto aos sintomas, há relatos de dor de cabeça, estômago e coluna.

Porque como você vê, tem essa vala nesse quintal aí, então as crianças tudo se adaptou no quintal. Ele foi o único que não se adaptou. Não sei porque, mas não se adaptou. Então vira e mexe ele fica com verme, vira e mexe ele fica com diarreia, vira e mexe ele fica doente, vira e mexe. Ele já ficou internado uma vez de verme, depois ficou de verme de novo. Ele vira e mexe fica doente. Eu acho que é por causa dessa vala, porque o quintal fica cheio de lama. Agora não porque está sol, mas quando chove isso aqui nesse quintal a vala alaga o quintal, as casas enche. Então eu gasto muito dinheiro com ele, antibiótico, remédio de febre, essas coisas assim. (Entrevista 2, grupo 1).

Lá do outro lado, a minha prima tem bronquite, tem problema de respiração. O meu filho tem bronquite. O filho da menina aqui até pegar aquela micose... Como é que é o nome? Micose de porco, que eles falam que é micose de porco. Um menino aqui pegou, o garoto tem um ano. Ele pegou essa micose aqui no pescoço, quase morreu. Se ela não levasse ele pro hospital... Ele quase morreu, ficou entubado porque ele ficou por dentro um monte de pus, se ela não levasse ele pro hospital... Sorte que ela arrumou dinheiro emprestado que aqui não tem, o posto daqui não adianta de nada. O Hospital Moacir do Carmo não pega as crianças. Ela foi lá para São João de Meriti, sem dinheiro.

Meu filho teve esse negócio aí, celulite que fala, né? Doença de porco. Celulite, aquela bolinha... Meu filho pegou nas pernas. E o filho dela pegou aqui no pescoço que ele quase morreu, ele ficou cheio de aparelho no corpo. Não sei se tem foto ainda dele, mas cheio de aparelho do corpo. Ficou entubado dentro dele. Quando não saía. Ele quase morreu, isso aqui dele ficou enorme de pus. (Entrevista 16, grupo 2)

Em relação ao gasto com medicamentos, metade das famílias alega gastar bastante, de forma geral, com antibióticos, antitérmicos e analgésicos. Outro gasto que aparece é com leite especial para as crianças com intolerância à lactose. O leite é muito caro e, apesar de existir um programa de doação pelo governo, as famílias acabam tendo que comprar ou recorrem a projetos sociais, por conta da demora e por às vezes não

conseguir receber. A outra metade não gasta muito com medicamentos, seja porque a família não costuma ter casos de doenças, porque conseguem algumas medicações no posto ou porque utilizam remédios naturais. Neste caso, chama a atenção ainda algumas formas “alternativas de tratamento”, como a utilização de xaropes caseiros, chás e banhos de ervas. Além da busca de cura por meio da fé.

A segurança alimentar, aspecto relevante da saúde, também foi abordada nas entrevistas. No entanto, 1 família não respondeu sobre o tema. Conforme os relatos, há um problema em relação à água utilizada no território. A maior parte das famílias consome água diretamente da bica, da bomba, da mangueira ou do local em que armazenam, visto que muitos compram a água. Somente 5 famílias afirmam filtrar a água que utilizam para beber e uma família diz beber água mineral que recebe de uma ONG. Para lavar os alimentos, nenhuma família filtra e/ou ferve e somente uma afirma utilizar vinagre na salada.

Em relação aos alimentos, as famílias afirmam realizar de 2 a 4 refeições por dia e consumir alimentos variados. Em 13 famílias, o alimento acaba antes de poder comprar mais, e, nestes casos, pegam alimentos e/ou dinheiro emprestado com familiares/amigos ou recebem doações de ONGs. Um fato que se destaca é a presença de um carro citado por diversas famílias, que descarta alimentos perecíveis na região. Assim, as pessoas buscam alimentos (frutas e legumes) que são despejados por este.

As famílias, em sua maioria, afirmam que não faltavam alimentos antes de terem o BF, pois na época havia o aterro, onde podiam conseguir o alimento diretamente ou por meio do dinheiro obtido com a catação. Somente duas famílias consideram que a falta era maior no passado: uma porque se lembra das situações em que chovia e que não podia trabalhar, outra porque era menor de idade na época e não podia ajudar trabalhando no aterro. Em relação ao Bolsa Família, aqueles que recebem o benefício acreditam que faz muita diferença, mesmo que ainda não seja o suficiente; o grupo que não recebe tem a percepção de que o BF auxiliaria na compra de alimentos melhores, como mais carne e legumes, e também daqueles itens que não podem comprar, como biscoitos e “danone”. A relevância do benefício se dá em função de ser um dinheiro certo, com o qual se pode contar.

Nos aspectos analisados, não se nota diferenças entre os dois grupos e as condicionalidades não parecem interferir no acompanhamento de gestantes, nutrizes e crianças, já que ainda há barreiras de acesso e baixa qualidade no atendimento. Os

resultados do Bolsa Família demonstram estar mais relacionados à renda e à possibilidade de aquisição de bens e serviços. Assim, na saúde da população estudada, o BF auxilia no pagamento do transporte público (passagens) para se chegar ao local do atendimento, na compra de medicamentos, leite especial e alimentos variados e na possibilidade de se pagar por um exame ou até mesmo uma consulta particular.

6.3 Aspectos relacionados à educação

Nas famílias entrevistadas, os responsáveis familiares, em um total de 29, já considerando os parceiros dos responsáveis entrevistados, não chegaram a concluir a educação básica. A escolaridade desses varia desde a ausência completa do ensino formal, em quatro famílias cujos responsáveis nunca foram à escola, até o segundo ano do ensino médio, em somente uma das famílias, que considera tal fato como o “término” dos estudos. A maior parte dos entrevistados estudou até a 4ª (7 pessoas) e 5ª séries (8 pessoas). Dentre esses existem algumas iniciativas de voltar a estudar e 2 pessoas estão realizando supletivo no momento.

A maior parte das pessoas nunca participou de uma capacitação para o trabalho, mesmo quando houve o fechamento do aterro e a capacitação era prevista. Somente 4 pessoas relatam ter participado de alguma iniciativa: uma pessoa que fez curso de cabelereiro e de cozinheiro, outra que fez de manicure, além do marido de uma das entrevistadas e uma que foi a somente um dia de capacitação no CRAS, mas não continuou. Estas últimas não informaram a área da capacitação. Segundo relatos das famílias, foi criado um polo da FAETEC para dar capacitações em Jardim Gramacho, em função do fechamento do aterro, mas o mesmo não durou nem 6 meses na região. Segundo página de instituição⁵, neste polo, denominado Canteiro Escola, seriam disponibilizados cursos de Pedreiro de Alvenaria, Carpinteiro de Obras, Encanador e Eletricista Predial, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão e Informática, além de aulas complementares de Português e Matemática. Houve um investimento de R\$250

⁵Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/faetecdigital/index.php/149-jardim-gamacho>. Acesso em 02/01/2016.

mil neste polo e pretendia-se capacitar 1320 pessoas⁶. Infelizmente, essa capacitação não parece ter alcançado essas comunidades.

Teve um da Faetec com Alexandre Cardoso, mas ficou uns 6 meses, mas era só pra homem, era pra pedreiro, eletricista de prédio, esses negócios assim, esse tipo de predial, encanador, essas coisas. (Entrevista 17, grupo 1)

Ah, eles botaram a FAETEC, mas a FAETEC não durou 6 meses. [...] Aí quando chegava lá não tinha vaga, aí o que acontece? O que aconteceu? Foi tipo uma obra hiperfaturada. Eles fizeram um troço pra enganar mesmo todo mundo. Tipo assim, o prefeito fez a FAETEC pra fazer curso de qualificação profissional dos ex-catadores. Caô, mentira. [...] Se pelo menos acho 50, 100 pessoas fizeram aquilo aí foi muito. (Entrevista 19, grupo 1).

Muitos responsáveis afirmam não gostar de estudar, mas reconhecem a importância do estudo, especialmente em função do mercado de trabalho. Neste aspecto, percebe-se um discurso de desvalorização do indivíduo em função da baixa qualificação para o trabalho.

***Pra ser alguém na vida**, o estudo é tudo. Até pra você arrumar um trabalho bom tem que ter estudo, até pra ser gari, minha filha, tem que ter 2º grau. Eles pensam que é um trabalhinho de pouca importância que patrão não está exigindo escolaridade, está. (Entrevista 15, grupo 1)*

*É, porque não tem como eles ficar aqui sem estudar. Prefiro eles lá que eles estão estudando. Pelo menos **vai ser alguém na vida**, não vai catar lixo igual, né? Como eu catei, né? Pelo menos eu trabalhei no lixo, mas eu quero um negocinho melhor pros meus filhos. (Entrevista 5, grupo 2)*

*Porque faz muita falta. Você sem estudo você não consegue nada, **você não é nada**. (Entrevista 10, grupo 2)*

*Amanhã ou depois **ser alguém na vida**, não ficar dependendo dos outros, não ficar esperando por doação [...] E eu quero que meu filho faça isso, não dependa de doação igual hoje em dia eu dependo, mas que ele trabalhe, tenha um serviço digno, documento todo, porque desse jeito que eu vivo eu não quero que meus filhos vive não. (Entrevista 16, grupo 2)*

*Muito importante, porque sem estudo hoje **você não é nada**. Ah, porque estudo hoje, sem estudo hoje você não tem nada, tem que saber como conversar, tudo é ali, então o estudo é importante. (Entrevista 14, grupo 1)*

Estes argumentos de “não ser nada” ou de “querer ser alguém” remete à teoria da desfiliação social. Afinal de contas, como é possível relacionar-se com o mundo e integrar-se ao trabalho se não se é alguém, se inexistente?

⁶ Disponível em: <http://www.caxiasdigital.com.br/blog/faetec-inaugura-canteiro-escola-no-aterro-sanitario-de-jardim-gramacho/>. Acesso em 02/01/2016.

Junto à desvalorização, mais uma vez se nota também no discurso desses indivíduos um argumento de culpabilização, como se fossem os responsáveis por não terem concluído seus estudos e pela baixa empregabilidade.

*Porque me **arrependo** porque não estudei muito. (Entrevista 14, grupo 1)*

*Ficou mais difícil conseguir trabalho. Por falta de estudo. Também a culpa não é nem do aterro, **a culpa é que as pessoas se entregam à situação que vivem, não procuram um estudo**, entendeu? Até eu também, porque eu poderia estar estudando, só que agora é mais difícil porque tenho meus filhos pequenos ou estudo ou trabalho. (Entrevista 12, grupo 2)*

*Até hoje em dia se eu tivesse tido estudo, entendeu? Talvez até eu teria uma profissão mesmo, porque o meu sonho era ser uma das duas coisas: era ser mecânica, ou ser veterinária, entendeu? **Se eu tivesse tido capacidade de estudar**, entendeu? Uma dessas duas coisas eu seria, com certeza. (Entrevista 20, grupo 1)*

Este último discurso nos remete à teoria das capacidades de Amartya Sen. Se falta capacidade de estudar, não é esta uma capacidade individual, mas sim fruto da falta de oportunidade, da desigualdade de acesso existente na sociedade. Esta falta de “capacidade” gera outras, como a falta de “capacidade” para concorrer no mercado de trabalho, e assim vai se sucedendo uma série de incapacidades e a manutenção da pobreza.

Como poderiam essas pessoas se manter na escola, quando não possuem dinheiro para comprar material didático, quando não podem se matricular por ausência de documentos, quando precisam se inserir precocemente no mercado de trabalho ou quando também precocemente precisam cuidar dos filhos?

Parei por causa que eu arrumei uma barriga e era muito esforço. Minha tia cuidava de três da minha mãe, três da minha tia que morreu também e três da minha tia que perdeu a perna e ela trabalha até hoje nesse lugar de reciclagem, ali perto de onde era o aterro metropolitano, até hoje, e ela não conseguiu nada. Ela trabalhava pra comprar pra nós material escolar. Só parei de estudar porque era muito esforço pra ela. (Entrevista 16, grupo 2)

Essa responsabilização pelo fracasso no estudo pode justificar uma cultura de autonomia das crianças sobre seus estudos. Em algumas entrevistas, quando se questiona se as crianças faltam, os motivos da falta e de abandono estão relacionados a não querer acordar cedo, a ser rebelde ou a não gostar de estudar. De qualquer forma,

em alguns casos, a decisão sobre ir ou não à escola parece estar centrada na criança e não no responsável.

Ele não gosta e falta. (Entrevista 2, grupo 1).

Ela às vezes falta. Na pirraça dela de não querer dormir à noite. Aí chega de manhã, entendeu? Conforme eu tenho que acordar ela 6 e meia, aí fica uma guerra. (Entrevista 20, grupo 1).

Porque eles saem daqui pra ir para escola e ficam na praça brincando. (Entrevista 6, grupo 2)

Ela não falta aula não. Porque ela não gosta de faltar... (Entrevista 7, grupo 2).

No entanto, as faltas ao colégio são minoria. E a maior parte das famílias tem zelado pela frequência escolar, seja pela manutenção do Bolsa Família, para não ter problemas com o conselho tutelar ou porque acredita em um futuro melhor para seus filhos.

As crianças, de forma geral estão na escola. Salvo poucas exceções, conseguir uma vaga na escola não parece ser problema e a escolaridade das crianças tem variado do 1º ao 9º ano, chegando em alguns casos a ser maior que a de seus responsáveis. Isso demonstra que o acesso à educação se ampliou. No entanto, o mesmo não ocorre em relação à creche, na qual há muita dificuldade em se conseguir uma vaga. Essas costumam ser distribuídas por sorteio, com exceção das vagas da Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC), que visa garantir a segurança alimentar e nutricional no município.

Porque a creche que o Beltrano participa é o Portal do Crescimento, CCAIC, que é pra criança de baixo peso, aí ela não pode porque ela não é baixo peso. O Beltrano eu consegui porque ele era intolerante a lactose então ele tinha dificuldade de engordar. Aí eu consegui colocar, mas ela não. Porque tem que ter um peso ideal pra a idade e a altura daquela criança pra estar abaixo do peso. Aí eles têm uma tabelinha. Tipo a Fulana tinha que estar com 9 quilos, pra idade dela pra ser abaixo do peso tinha que estar com 9 quilos, porque ela tem dois anos, então pra ela ser abaixo do peso ela tinha que estar com 9 quilos e alguma coisa e quando eu levei ela pra pesar ela estava com 12, aí eles não aceitaram. (Entrevista 17, grupo 1)

A educação infantil também não demonstra atender plenamente a demanda e algumas crianças de até 5 anos não estão estudando ou são atendidas por algum projeto social. Quanto à relação série/ idade, nota-se um atraso em algumas famílias, havendo, por exemplo, jovens de 13, 15 e 17 anos na 3ª série, de 13 e 11 anos na 2ª série e de 14 e 12 anos na 4ª série.

O Bolsa Família demonstra resultados em relação à manutenção da criança na escola, em função da frequência ser uma condicionalidade. No grupo de beneficiários, todas as famílias possuem crianças na escola. Só houve exceção de uma criança que foi retirada da escola por seu responsável, pois iriam viajar. Ainda assim, o benefício não foi cortado.

Todos estão, só uma que deu problema por causa que eu fui fazer uma viagem, fui lá pra (...) pra casa de uma cunhada minha, aí eu tirei... Eu com a cabeça quente tirei elas da escola aí agora deu problema lá e agora está difícil d'eu coisar aqui. A vaga dela está lá garantida. Só que pra eu poder coisar eu tenho que ir buscar o histórico dela. (Entrevista 4, grupo 1)

Já no grupo de não beneficiários, há três famílias com crianças ou jovens que não frequentam a escola, além de duas que não conseguiram vagas na creche.

Outro fato que se nota é que muitas famílias não aparentam manter vínculo com as escolas em que seus filhos estudam, pois há casos em que os responsáveis não sabem definir em que séries seus filhos se encontram e nem que tipo de alimento é servido na instituição. Nas famílias de beneficiários o vínculo com a escola parece ser maior, pois há menos incertezas acerca dessas questões. No grupo de beneficiários, somente duas famílias apresentaram dúvidas ou realmente não saber essas informações, já no grupo de não beneficiários, 4 famílias apresentam essas incertezas, além de uma formalmente não ter vínculo pelo fato dos filhos estudarem em outro município e 4 famílias não terem seus filhos matriculados. Deste modo, somente uma família aponta para a manutenção de vínculo com a escola.

Ao manter as crianças na escola, o Bolsa Família atinge também a Segurança alimentar, visto que essas fazem uma média de 2 refeições na escola, independente do turno. As crianças que se encontram na creche fazem 4 refeições ao dia na instituição. A presença de projetos sociais e ONGs na região também têm impacto nesta dimensão, e muitas crianças, além da escola, frequentam esses em caráter complementar, onde fazem refeições.

De forma geral, as escolas parecem atender às necessidades nutricionais, havendo variedade de alimentos, com a inclusão de carnes, legumes, verduras e frutas. Os alimentos mais citados são: arroz, feijão, carne moída, ovo, sopa, batata, frango, macarrão e salsicha. Em poucos casos houve reclamação de que a quantidade é pouca.

Houve somente uma reclamação de que falta água na escola, mas que parece bastante contundente visto faltar água na região. Esta mesma entrevistada falou ainda sobre a falta de infraestrutura da região que afeta a escola.

Tem vezes que não tem nem água. Eu acho que.. aonde eles estudam é o carro pipa que traz, mas às vezes não tem nem água. Às vezes eles ficam em casa por conta da água, porque não tem água na escola. Isso é frequente. Agora há pouco tem que deu uma parada básica, mas vira e mexe...

Tem o muro da escola também que está o maior problema que caiu o muro devido... Ele desabou. Assim, caiu com o negócio do aterro que tinha, aí ele desmoronou com negócio de chuva. Aí é aquilo... se a gente não levar as crianças para escola, tem falta. A gente tem que... por mais que tenha risco, a gente tem que mandar as crianças pra escola, porque isso prejudica a eles mesmos.

Mas tem bastante risco, que a parte do muro de cima das salas de aula também em cima caiu. Também aí as crianças ficou estudando um tempo na parte de baixo. A minha filha no caso estuda numa sala que é indo pra cozinha, porque o barranco está em cima, tem risco de cair, entendeu? (Entrevista 12, grupo 2)

Jardim Gramacho possui 3 escolas municipais localizadas na parte central do bairro: E. M. Mauro de Castro, E. M. Jardim Gramacho e E. M. José Medeiros Cabral, além de uma escola estadual, Ministro Hermes Lima (Brizolão), conta ainda com duas creches: Creche e Pré-escola Municipal Ubaldina Alves da Silva e Creche Centro de atendimento à Criança Caxiense Jardim Gramacho (CCAIC).⁷ As crianças não apresentam grandes dificuldades para chegar às escolas. De forma geral, a maioria vai a pé ou de ônibus e o trajeto varia de 5 minutos a menos de 1h, sendo que a maioria gasta até 30 minutos. As crianças que conseguiram matrículas em creche se deslocam por meio de vans da prefeitura.

Em relação ao futuro, todas as famílias esperam o melhor para seus filhos, especialmente em termos de terem oportunidades de estudo e de trabalho que eles não tiveram. Não parece haver diferenças nas expectativas entre os grupos.

⁷ Fonte: <http://www.escol.as/cidades/3199-duque-de-caxias/bairros/304094-jardim-gramacho>

6.4 Mudanças nas condições de vida

As comunidades existentes em Jardim Gramacho se formaram em função do trabalho no aterro metropolitano. Das famílias entrevistadas, 5 responsáveis afirmam já ter nascido na região e 8 afirmam ter chegado na infância ou adolescência. As demais chegaram na região em um período de 7 a 15 anos atrás. Na maioria dos casos, a chegada à região se deu em busca de oportunidade de trabalho e melhoria de vida.

Minha mãe morava numa cidade muito pobre e ela veio pra cá através da família também. Ela morava em barraco de estuque, essas coisas assim, de barro, né? Que agora não existe mais, né? (...) Minha mãe depois que veio morar aqui ela trabalhou até adoecer no lixão. (Entrevista 3, grupo 1)

Eu vim aqui porque eu trabalhava aqui, eu morava lá em Parada, trabalhava aqui. Pra mim ficar pagando passagem e ficar dormindo no relento lá em cima, tinha vezes que eu trabalhava de dia, trabalhava à noite. O que eu fiz? Arrumei um quartinho aqui, aluguei um quartinho aqui, aluguei um quartinho, depois meu filho foi e passou esse aí pra mim, aí fiquei morando aqui. (Entrevista 14, grupo 1)

Eu estava desempregada peguei e vim pra cá, fiquei sabendo que aqui podia catar, não precisava de documento, na época eu não tinha documento nenhum, entendeu? Aí eu peguei e resolvi vim pra cá, aí nisso comecei a trabalhar aqui e fiquei. (Entrevista 20, grupo 1)

As famílias entrevistadas eram formadas por um total de 2 a 10 pessoas, possuindo, de forma geral, uma média de 5,25 moradores por domicílio. Essa média é um pouco maior no grupo de beneficiários do BF: 5,7 habitantes por domicílio para 4,8 habitantes por domicílio no grupo de não beneficiários. Tal diferença pode explicar, por exemplo, o motivo de recebimento do benefício, visto que o cálculo da pobreza se dá em função da renda per capita, mesmo quando a renda total é similar. Deste modo, uma mesma renda acaba sendo considerada menor quando o número de habitantes é maior.

Cabe ressaltar que as médias de ambos os grupos são bastante elevadas, levando-se em conta que a média brasileira é de 3,3 habitantes por domicílio, de acordo com o censo de 2010. (IBGE, 2011)

A média de moradores por cômodo encontra-se em 1,45 no primeiro grupo e 1,76 no segundo, sendo no total dos dois grupos de 1,60. A variação encontra-se entre 0,75 e 3,33, ambos os limites no grupo 2. Esses dados corroboram a informação de que há um número elevado de pessoas em cada habitação, havendo pouca distribuição por

cômodos. As casas, de modo geral, possuem de 1 a 7 cômodos, considerando banheiro e cozinha, sendo que a maior parte (12 famílias) possui entre 2 e 3 cômodos somente.

Foto 1: Habitações em Jardim Gramacho



Fonte: Elaboração própria

As famílias entrevistadas em Jardim Gramacho, em sua totalidade, afirmam habitar em residência própria. Dentre essas, somente 6 habitações são de tijolo, sendo as outras 14 de madeira. Estas se distribuem igualmente entre os grupos de beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família. Das habitações de madeira, 10 foram feitas com tábuas, em alguns casos reaproveitadas do lixo, e 4 foram feitas com compensados padronizados de madeira e construídas por uma ONG atuante na região.

Foto 2: Habitação de tábuas em jardim Gramacho



Fonte: Elaboração própria

Oito famílias afirmaram que entra água em sua casa quando chove. Das que afirmaram não entrar, quatro disseram que costumava entrar no passado, mas que fizeram algum tipo de ajuste para que não ocorresse mais.

Agora não entra não, porque agora é o Teto. (...) Antes era no chão, chovia, entrava água, molhava, era um... Cansei de perder as coisas dos meus filhos, documentos do meus filhos, tive que correr atrás de novo. (Entrevista 18, grupo 1)

Foto 3: Habitação feita pela ONG TETO



Fonte: Elaboração própria

Três famílias afirmam não possuir ventilação (janelas) na casa. Apesar de ser um número pequeno, ele é bastante relevante, pois apresenta um dado de insalubridade na região.

Todas as famílias afirmam obter energia elétrica informalmente. Os animais que mais aparecem na região são: ratos, cobras, moscas, mosquitos, baratas, lagartos, lacraias, sapos. Cinco pessoas afirmam que não entram bichos em sua casa, somente no quintal, sendo que duas afirmam que não entram mais, mas que costumavam entrar.

Quando chove aparece cobra. Vira e mexe aparece cobra aqui, ó. Quando está o tempo assim também raramente aparece. A última vez apareceu uma aqui nesse barril, grandona. Muito mesmo. Nós sentados, nós só escutamos ela piando quando nós foi ver uma grandona assim, ó. (Entrevista 1, grupo 1)

Mosca tem, rato tem, cobra tem. Mas só que não no meu quintal. Assim, no meu quintal às vezes aparece rato, porque atrás da minha casa tem um depósito de reciclagem. Então é muito complicado, por mais que você limpe atrás, entendeu? Esses bichos cavam. Outro dia meu marido teve que fechar um buraco no meu quarto, porque é atrás do meu quarto. (Entrevista 12, grupo 2)

Somente uma família afirma ter água encanada. As demais ou compram água ou buscam na rua e armazenam em barris, latões ou caixas.

A água é assim, a gente pega, a gente liga a bomba ali, bota a borracha e armazena água na caixa. Começa a cair no domingo, vai até 3, 4ª feira de manhã. (Entrevista 19, grupo 1)

Foto 4: Armazenamento de água



Fonte: Elaboração própria

Nenhuma família tem esgotamento sanitário. Na comunidade de Maruíim houve uma iniciativa da prefeitura de iniciar o esgotamento, mas que não foi levada até o fim:

É aquele trabalho... Não é nem fossa, é aquele trabalho que a [...] falou que eles foram fazer a rua, aí fizemos aquela encanação. Mas só que dali a gente não sabe pra onde que está indo não. Eu acho que está ficando ali mesmo, porque não teve... Não terminaram o trabalho, o serviço, no caso, de engatar, encaixar pra rua, eu não sei no que vai dar um dia não. (Risos) É tipo uma fossa. (Entrevista 12, grupo 2)

As demais formas de “saneamento” são: fossas, valas para o mangue, canos para o mangue, sumidouros, céu aberto e utilização de sacos plásticos que são descartados.

Comum. (...) usa a bolsa e joga lá do outro lado no mangue. (Entrevista 14, grupo 1)

Quanto ao descarte de resíduos sólidos, metade das famílias alegam queimar o lixo, tendo duas famílias que afirmam separar os itens recicláveis antes de queimar. Sete famílias entregam para a coleta, sendo que uma afirma que de vez em quando joga em algum quintal, e os demais jogam em algum terreno baldio ou quintal. Alguns afirmam não entregar para a coleta devido à distância, mas outros assumem que preferem fazer de outro modo mesmo com a coleta bem perto.

De acordo com os relatos, as famílias preferiam a região quando existia o aterro, especialmente em função da possibilidade de trabalho. Apesar do fechamento do aterro, não houve mudanças na infraestrutura da região e nem na prestação de serviços na região.

Nada mudou. Está a mesma coisa. Mesma coisa. Jardim Gramacho largado, os mesmos cheiros, os mesmos lixos. Tudo a mesma coisa, nada mudou. (Entrevista 2, grupo 1)

Vou ser sincera aqui, aqui, acho que não mudou em nada não, que eu pensei que se acabasse aqui ia melhorar, está entendendo? O prefeito ia arrumar a rua, entendeu? Aí eu não vi nenhum benefício não. Ficou muitas pessoas desempregada, porque muitas pessoa estava dependendo aí do lixo aí, ficou desempregada. Eu estava mais querendo que acabasse para ter uma melhoria aqui, né? Você já viu como é que é. Tudo aí cheio de terra aí, quando está chovendo é um lamaçal, uma mosquitada, não passa carro do lixo pra recolher o lixo, não tem saneamento básico, né? (Entrevista 15, grupo 1)

Tipo assim, ficou bem dizer pior, porque o poder público não fez nada. Tipo eles têm vários projetos, tem papel, na planta, tem planta, tem desenho tudo como é que o Jardim Gramacho ia ficar, se você ver o projeto deles... pô... é Palmeira plantada da entrada até aqui. O aterro acabou tem 3 anos. (...) Projeto já tem pra mais de 10 anos. Entendeu? O que aconteceu? Se tu vê o desenho é uma coisa de primeiro mundo. É Palmeira vindo, tudo direitinho, tudo asfaltado, tudo bonito. Se tu olhar o desenho, o desenho gráfico que eles têm lá de cima do Aterro, lá vai ser uma praça Almirante da Veiga... Ih, só caô. Nada a ver o que eles falam ali. Tipo assim, igual você vê. Já acabou o Aterro, tem 3 anos, não fizeram nada. Está tudo esquecido. (Entrevista 19, grupo 1)

Em relação às formas de habitação e condições de vida (saneamento, água, iluminação), não se viu diferenças entre os dois grupos e o Bolsa Família não parece ter impactado na região neste sentido. O único impacto aparente é que em alguns casos,

com a melhoria da renda, permitiu que fossem feitas melhorias na habitação, em termos de aquisição de materiais de construção.

Foto 5: Criação de porcos na região



Fonte: Elaboração própria

6.5 Percepções sobre o Bolsa Família

O Programa Bolsa Família parece ter sido o primeiro programa social a chegar à Jardim Gramacho, tendo sido implementado na região de forma massiva associada ao fechamento do aterro. Em uma ação que cadastrava as famílias, essas foram incluídas no CadÚnico e, conforme o perfil, foram inseridas no Programa. Para a realização deste trabalho, foi mais fácil encontrar pessoas beneficiárias do que aquelas que não estavam incluídas no Programa. Dentre as famílias beneficiárias entrevistadas, somente 4 foram cadastradas em outro período, sendo que uma realizou o cadastro em outro município.

No grupo de não beneficiários, encontravam-se 3 famílias que já tiveram o benefício, mas o perderam. Entre os motivos da perda, encontram-se: as faltas das crianças à escola, mudança de endereço ou ambos os motivos associados. As pessoas que nunca tiveram o benefício acreditam que o fato se dá por não possuir documentos ou porque “não correu atrás”, sendo este um argumento que aparece em muitas falas. Neste discurso, nota-se que não há uma apropriação do entendimento do benefício enquanto direito, mas sim como “uma conquista”, que ocorre de forma trabalhosa, batalhada.

A visão sobre o Bolsa Família é bem positiva nos dois grupos, sendo entendida como uma “ajuda”. De qualquer modo, a avaliação dos beneficiários é associada diretamente ao fator renda e não aos demais campos nos quais a política interfere (saúde, educação e assistência social). A compreensão é de que o valor recebido não supre as necessidades, mas é um complemento que faz bastante diferença na renda familiar. Na realidade, ao mencionar o caráter completivo do benefício, as pessoas não parecem entender que é realmente esse o objetivo do Programa e que, desta forma, o valor deveria ser superior.

Foi uma ajuda que veio a contribuir, é pouquinho, mas ajuda. [...] contribui na alimentação das crianças só. Que eu não conto com o Bolsa Família assim pra pagar dívida, é mais para contribuir na alimentação deles. (Entrevista 3, grupo 1)

Pra mim eu acho ótimo, poderia até melhorar mais um pouco, né? Mas eu acho ótimo, não só pra mim, mas pra todos. Igual minha irmã que ela 5 filhos também, ela recebe 200... 250...280. [...] Com 5 filhos e ela não tem marido. [...] Ah, eu acharia que tinha que melhorar mais um pouquinho. Dá mais uma ajudinha, o valor, né? (Entrevista 4, grupo 1)

Os outros pensam que Bolsa Família é... Pode até adiantar algumas coisas, mas também não melhora a vida de ninguém não. Adianta em umas partes...[...] Agora não é melhor em tudo também não. (Entrevista 16, grupo 2)

Tipo assim, dá uma ajuda sim, que é o que nós compra. Por exemplo, ela vai fazer uma compra, aí dá pra ressarcir mais ou menos [...] Dá pra mais ou menos uns 15 dias, até eu pegar o meu salário, entendeu? (Entrevista 19, grupo 1)

Nos dois grupos, apesar de muitas responsáveis responderem que conhecem as regras do Programa, elas não demonstram compreensão sobre os critérios de inclusão, e o conhecimento se restringe somente às condicionalidades, limitadas aqui à frequência escolar, pesagem e atualização do cadastro. Assim, muitas acabam por não entender o

porquê de receberem ou não o benefício, o valor a que têm direito ou o motivo do bloqueio. Falta maior acesso à informação e esclarecimento das famílias.

*Só que às vezes **eu não entendo** é que eu acho que tinha que ser assim, um valor pra todo mundo, né? Um ganha mais, outro ganha menos. Eu ganhava 30 reais do Bolsa Família. Agora que veio aumentar. (Entrevista 3, grupo 1)*

*Assim, uns tempos desse daí eu fiquei com raiva assim, porque eu falei: “Poxa, meus filhos eu nunca deixei de botar eles pra escola, sempre estudou, ainda mais que eu precisava do Bolsa Família. Agora perdi o Bolsa Família, **não sei por que**, porque chegou uma carta pra mim e dizendo que meu depoimento foi diferente. O depoimento num negócio lá está diferente. Mas diferente o quê? Que eu saí do aluguel e fui para minha casa. Porque eu estava morando de aluguel, que eu fiquei grávida dela aí sempre eu brigava com a minha mãe, aí eu peguei e fui embora morar de aluguel, aí não deu certo eu morar de aluguel, voltei pra cá de novo. Aí só isso que aconteceu, que eu fui lá e mudei o endereço, botei para cá. Depois disso chegou uma carta, quando eu fui lá para receber não tinha mais o bolsa, estava bloqueado o Bolsa Família. (Entrevista 9, grupo 2)*

***Não entendi.** Eles falam que é por causa de renda, mas não consegui. Falou: “Ah, tem que trazer os documentos todos.” Aí eu levei os documentos, mas aí chegou lá na hora estava fora do sistema, depois, eu falei pra você que **eu já fui umas 5 vezes.** (Entrevista 12, grupo 2)*

Em sua maioria, quem tem o benefício recebe o mesmo na casa lotérica, em Duque de Caxias, e vai de ônibus buscar, não demonstrando dificuldades para receber. Em momentos de bloqueio, afirmam que tem sido fácil resolver conversando com a assistência social. Deste modo, depreende-se que não há dificuldades na execução do Programa e que a principal barreira de acesso a ele é decorrente da falta de informações sobre o mesmo.

Um entendimento equivocado sobre o Bolsa Família é que algumas famílias associam o direito de receber o benefício ao número de filhos, conforme erroneamente disseminado em discursos populares. Assim, acreditam que quem possui mais filhos recebe uma renda maior.

Porque eu conheço pessoas que gastam à toa, mas também conheço pessoas que através do Bolsa Família construiu um quarto pro filho, entendeu? Dá uma vidinha melhor pro filho. Às vezes paga até tipo uma explicadora, porque colégio aqui é muito difícil, gente. É muito complicado o ensinamento. Entendeu? Também sei que depende da criança, mas é muito complicado o colégio, pelo menos aonde meus filhos estudam. Então pelo menos já é uma ajuda para você pagar. Nada, nada. Vamos botar 25 reais um... 25 a 30 reais uma explicadora, já é uma ajuda para a própria criança, entendeu? É isso. Um caderno, um chinelo, uma roupa que criança também precisa. Que eu acho que o benefício não é nosso, é da criança, eu não sei se

é isso, mas eu penso assim, o benefício é da criança, então eu acho que... (Entrevista 12, grupo 2)

Por causa das crianças, não é nem por causa de mim, nem por causa de marido, é por causa das crianças mesmo, às vezes é um adiantamento pra criança. (Entrevista 16, grupo 2)

Ah, eu achava. Por causa que minhas crianças estudam e eles têm os direitos deles. (Entrevista 5, grupo 2)

Com uma filha só não é tanto dinheiro assim não. [...] Se tivesse pelo menos 5 filhos aí já seria um dinheirinho maneiro. (Entrevista 7, grupo 2)

Além desse argumento, houve uma fala que demonstra compreender o Programa em uma linha de restituição de impostos e outra que entende as condicionalidades como uma contraprestação, uma forma de pagamento pelo benefício. Isso evoca novamente o ideário que permeia nossa cultura, na qual se deve contribuir para receber algo em troca, o princípio de que “não há almoço grátis”, conforme ressaltado por Kerstenetzky (2009).

Só tem que estar com as crianças no colégio em dia, vacina em dia, a mãe tem que levar os filhos pra pesar, entendeu? O Bolsa Família não é só renda não, é várias coisas que ajuda também, que tinha mães que relaxavam, os filhos faltavam, não queriam saber. Agora a mãe está dando mais em cima para criança ir pro colégio. A vacina às vezes a mãe não ligava, tinha mãe com um filho só, a vacina muito atrasada, agora a mãe tem que levar porque também bloqueia o dinheiro, entendeu? Então é um trabalho e muitas coisas que ajuda também, entendeu? (Entrevista 15, grupo 1)

Tipo assim, os outros ficam: “Ah, eles estão dando, é de graça.” Pra mim eles não estão dando, eles estão nos reembolsando um pouquinho do que a gente paga pelo que a gente compra, tipo os impostos. Porque se eu comprar um arroz eu estou pagando imposto pra comer meu arroz, aí eles estão nos devolvendo uma partezinha disso. (Entrevista 17, grupo 1)

Outro fato que chama atenção são falas sobre erros de focalização, pois muitos responsáveis afirmam que há pessoas que não precisam e recebem, enquanto outros que realmente necessitam são excluídos do Programa. Apesar deste ser um argumento muito disseminado, sendo uma das críticas que o Programa recebe, chamou a atenção o fato dele ser propagado em uma região em que a grande maioria da população aparenta realmente necessitar do benefício.

Pra gente que precisa é ótima coisa, mas tem muita gente que nem precisa e pega, gente que precisa é cortada. [...] Eu sei que as crianças na escola por exemplo precisa, mas tem tanta gente que nem tem criança na escola. Gente

adulto, velho aí que não precisa. Um monte de homem, cachaceiro, recebe. E quem tem criança não está recebendo. (Entrevista 6, grupo 2)

Eu acho um programa legal. Assim, que ajuda quem... As pessoas que precisam. É igual quando eu vou no Bolsa Família eles falam: Poderia ajudar muito mais, porque tem pessoas que realmente não têm nada. Entendeu? Poderia.. Se quem tem tivesse consciência poderia, entendeu? Assim, quem tem que não precisa, assim, se tivesse consciência poderia ajudar muitas pessoas assim, que tem gente que precisa mesmo, mas não consegue. (Entrevista 12, grupo 2)

Vou falar pra você, às vezes eu penso que tem muita gente que ganha o Bolsa Família, mas tem muita gente que não recebe não. Tem garotas aí que tem filhos eu falo pra ela: “Cara, você não recebe Bolsa Família por causa de quê?” “Não, que eu sou de menor,” mas não tem nada a ver, cara. “Você tem filho, você tem que levar alguém da tua família que é maior idade que você e ir lá pra resolver esse problema aí”. Entendeu? E passa um perrengue. (Entrevista 19, grupo 1)

Algumas famílias também recebem o Renda Melhor por meio do cartão do Bolsa Família. Este fato fez com que algumas entendessem o benefício como parte do mesmo Programa, sendo um valor suplementar, inclusive tendo algumas reclamado que este foi cortado. Foram poucas as famílias que afirmaram receber ou já terem recebido o Renda Melhor. No entanto, pela não dissociação dos benefícios nas falas, torna-se difícil quantificar as famílias que o recebem.

Ao contrário do discurso disseminado, muitas famílias alegam que não querem depender do Bolsa Família e anseiam por uma inserção no mercado de trabalho. Essa tem sido a principal reivindicação após o fechamento do aterro.

Eu espero que não porque senão a pessoa fica muito dependente também do Bolsa Família, é como eu falei, eu quero em nome de Jesus sair daqui, fazer minha casa de tijolo. Eu já estou até vendo um terreno pra comprar já e eu ter meu próprio negócio. Está entendendo? (Entrevista 15, grupo 1)

É o que eu falei, melhora umas partes, mas nem tudo, não é pra vida toda que nós vai ficar contando com o Bolsa Família. (Entrevista 16, grupo 2)

Não, se eu tivesse trabalhando... Se tivesse um emprego fixo que eu sei que eu não vou tá dependendo, não fazia nem questão, tivesse um salário bom, ganhando bem, não fazia nem questão. (Entrevista 19, grupo 1)

Em relação a mudanças intergerações, as falas não explicitam como uma percepção direta do Programa, mas associada a uma ampliação no acesso à educação, que em certa medida foi promovida pelo Bolsa Família. Assim, como já comentado em

tópico anterior, as famílias acreditam que os filhos terão uma vida melhor, com mais estudo e uma profissão, mas não há diferença entre as expectativas dos dois grupos.

CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou averiguar os resultados do Programa Bolsa Família em Jardim Gramacho, nos critérios trabalho e renda, saúde, educação, percepções sobre a política e condições de vida, por meio da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas a famílias de ex-catadores, beneficiários e não beneficiários do Programa, residentes nas comunidades Remanso, Quatro Rodas, Beco do Saci e Maruí, representativas da falta de infraestrutura e investimentos na região.

Pelos dados analisados, percebe-se que a desigualdade é um traço marcante em Duque de Caxias, sendo Jardim Gramacho o polo da pobreza. De acordo com as teorias sobre a pobreza visitadas, é possível compreender a situação de vulnerabilidade em Jardim Gramacho dentro de uma perspectiva multidimensional. A pobreza na região é proveniente de um conjunto de fatores, além da baixa renda, como serviços públicos disponíveis precários, especialmente de saneamento, desemprego, falta de oportunidade política e a própria configuração do território, que se deu em função do aterro. Conforme visto na análise sobre as condições de vida desta população, ela vive, em sua maioria, em habitações de madeira, algumas com tábuas e material reaproveitado do lixo. A energia elétrica em todas as habitações é informal; ninguém tem esgotamento sanitário; não há água encanada, esta é comprada ou retirada da rua e armazenada em recipientes; entram animais na maior parte das habitações, como ratos, baratas, moscas, mosquitos e até mesmo cobras. Quanto ao descarte de resíduos, grande parte é queimado ou despejado em terrenos baldios, sendo a minoria entregue à coleta. No entanto, há uma separação do material reciclável. De forma geral, não houve melhorias na infraestrutura urbana e prestação de serviços em Jardim Gramacho após o fechamento do aterro. O Bolsa Família chegou à região de forma expressiva junto ao momento de fechamento, estando presente na maior parte das famílias. No entanto, o Programa não impactou na melhoria de condições de vida, a não ser indiretamente pelo fator renda, que possibilitou algumas melhorias nas habitações.

O fator renda demonstra ser aquele no qual o Programa mais impactou, apesar de o benefício não conseguir suprir o valor que era arrecadado com o aterro. O benefício é entendido como uma ajuda, um valor complementar à renda do trabalho, sendo um dinheiro “certo” com o qual se pode contar, especialmente quando a renda do trabalho

não é fixa ou quando não se tem outra fonte de renda. Apesar deste caráter completo ser uma característica do Programa, conforme abordado por Jacoud (2013), as pessoas acreditam que o valor do benefício deveria ser maior, pois não compreendem esta função do Programa.

A renda proveniente do lixo ainda é presente na região, havendo muitas pessoas que trabalham em depósitos de reciclagem. O trabalho, de forma geral, é informal, com pagamento sob demanda e salários bem baixos. Nos dois grupos, foram encontradas famílias com rendas per capita abaixo do limite da extrema pobreza e pobreza. Dentro do grupo de beneficiários, isto demonstra a necessidade de um maior acompanhamento e compreensão da unidade familiar, que é muito volátil na região. Já no grupo de não beneficiários, representa que uma parcela de potenciais beneficiários ainda está excluída do Programa.

Existe ainda uma questão de gênero relacionada à renda, visto que a maior parte dos trabalhadores da unidade familiar são do gênero masculino. Deste modo, o Bolsa Família tem sido utilizado como o auxílio da mulher nas contas da família, sua contrapartida, trazendo uma certa autonomia para elas. O benefício do Bolsa Família possibilita um maior poder aquisitivo, fazendo com que o grupo que o recebe possa comprar outros itens além de produtos alimentícios, água, medicamentos e vestuário. O Programa não ampliou o crédito junto a bancos e a agências de financiamento, mas possibilitou a compra fiada em estabelecimentos locais e empréstimos entre conhecidos.

Apesar do impacto que o benefício tem na renda, as pessoas anseiam por trabalho, não desejando ser dependentes do Programa e percebe-se nas falas aspectos de meritocracia e consequente culpabilização sobre sua baixa qualificação para o trabalho. Há necessidade de políticas voltadas ao trabalho na região, a fim retirar a população da zona de vulnerabilidade. As iniciativas realizadas na região não atingiram a população e não foram eficazes.

A maior parte dos responsáveis entrevistados não chegou a concluir a educação básica, tendo estudado somente até a 4^a/5^a séries. A maioria também não participou de nenhuma capacitação para o trabalho, o que sugere a baixa qualificação. Com o fechamento do aterro, a capacidade de trabalhar com o lixo também foi descartada. Apesar disso, reconhecem a importância do estudo e sentem-se desvalorizados. Neste sentido, a teoria das capacidades de Sen também se aplica, vista a baixa escolaridade da população como um todo, o que impede o acesso a trabalhos formais (que exigem um

mínimo de escolaridade), com conseqüente impossibilidade de superação da pobreza e sua desfiliação social. Em relação às zonas do espaço social definidas por Castel (1997), Jardim Gramacho encontra-se em uma zona de vulnerabilidade, pois, apesar de os laços sociais existirem dentro da própria comunidade, estes são fragilizados ao se considerar a sociedade como um todo.

De qualquer modo, o acesso à educação se ampliou, com exceção da creche e da educação infantil, e as famílias de beneficiários demonstram manter seus filhos na escola e ter um maior vínculo com as instituições de ensino do que as famílias de não beneficiários, o que demonstra ser um resultado do programa. Quanto às expectativas em relação ao futuro, todas acreditam em um destino melhor para seus filhos.

Quanto ao aspecto saúde, há poucos equipamentos disponíveis na região, sendo a maior barreira o acesso, especialmente pela distância aos hospitais e a dificuldade de marcação de consultas e exames, inclusive no pré-natal. A estratégia de saúde da Família também atua na região, mas as famílias não se sentem realmente atendidas.

Há prevalência de doenças respiratórias na região, sendo a exploração do biogás um fato complicador após o fechamento do aterro, além de diversos relatos de hipertensão, verminoses, celulite e acidentes na época do aterro. Metade das famílias também afirma gastar com medicamentos. Apesar disso, o conceito de saúde presente na região é o da ausência de doenças e a população se considera saudável.

A maior parte das famílias não filtra e nem ferve a água para o consumo e realizam de 2 a 4 refeições por dia, sendo que muitas vezes o alimento acaba antes que possam comprar mais, caso em que recebem doações de ONGs ou igrejas ou buscam dinheiro emprestado com familiares ou amigos.

Na saúde não houve muita diferença entre os dois grupos e as condicionalidades não parecem afetar o atendimento à população, não contornando as barreiras de acesso e da baixa qualidade no atendimento. Os resultados relacionam-se novamente ao fator renda, já que o benefício possibilitou o poder de compra de serviços de saúde (consultas e exames), o pagamento de transporte público para chegar ao local de atendimento e a compra de itens alimentícios variados e melhores, bem como leite especial para os alérgicos à lactose.

A percepção sobre o Bolsa Família é bem positiva, mas não é entendido ainda como um direito, mas como retorno de algo que deve ser conquistado e as condicionalidades acabam sendo compreendidas como uma contraprestação. As

famílias não demonstraram entendimento sobre o critério de inclusão e nem sobre o cálculo do benefício e algumas famílias acreditam que o valor do benefício está diretamente associado ao número de filhos, o que demonstra que falta maior acesso à informação e esclarecimento das famílias.

Apesar dos avanços recentes e da chegada do PBF à região, que apresenta resultados significantes nos aspectos renda e educação, ainda há muito a ser feito em Jardim Gramacho, especialmente em termos de saneamento, habitação e inserção social, sendo esta uma região que se mantém excluída de direitos sociais básicos. Essas dimensões da pobreza poderiam ser sanadas pela integração de políticas na região, mas o mesmo não ocorre. A presença do estado é pequena na região, considerando suas necessidades. Há muitas ONGs e projetos na região que atuam com as famílias, mas estes não dão conta de sanar problemas que são função do Estado, como o saneamento, iluminação e coleta. Apesar de o Plano Brasil sem Miséria prever a integração de políticas sociais, não há indícios de conformação de uma rede de proteção que dê conta da superação da pobreza na região.

REFERÊNCIAS

AMABILE AEN. Políticas Públicas. In: CASTRO, CLF; Gontijo, CRB; Amabile, AEN (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. Universidade do Estado de Minas Gerais. Campus Belo Horizonte. Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves” Eduemg. Barbacena, 2012. p. 390 - 391.

ARENDR H [editoria, Ursula Ludz]. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BARATA RB. *Como e por que as desigualdades Sociais fazem mal à Saúde?* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 120 p. (Coleção temas em Saúde).

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BNDES. Políticas públicas: o índice de desenvolvimento humano (IDH) e variantes. Informe-se. nº 19 – Outubro 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informesf/inf_19.pdf> Acesso em: 15/03/15

BRAGA JC, PAULA SG. *Saúde e Previdência: estudos de política social*. São Paulo: Cebes/Hucitec; 1981. p. 41-85 (Cap. 2)

BUSS PM, PELLEGRINI FILHO A. *A saúde e seus determinantes sociais*. Physis: Rev Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2007.

CASTEL, R. Da indignação à exclusão: a desfiliação – precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: Baremlitt, G. et al. *SaúdeLoucura: grupos e coletivos*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CODES ALM. *A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em Direção a uma Visão Complexa*. Texto para discussão nº 1332. IPEA, 2008. PDF.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. *Avaliação do perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) do município de Duque de Caxias do Estado do Rio de Janeiro (RJ)*. Duque de Caxias, 2012. Disponível em: <<http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/Midia/DESANS/Relatorios/Perfil.pdf>> Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

_____. *Diagnóstico situacional do Município de Duque de Caxias / Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável*. – Duque de Caxias, RJ: DESANS, 2012a.

_____. *Georreferenciamento dos equipamentos públicos relacionados à segurança alimentar e nutricional do Município de Duque de Caxias* / Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. – Duque de Caxias, RJ: DESANS, 2012b.

ESPING-ANDERSEN G. *As três economias do welfare state*. Lua nova n.24, p.85-116. São Paulo: setembro 1991. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>>. Acesso em: 22/02/2015

FONTANELLA BJB, RICAS J, TURATO ER. *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, janeiro 2008. PDF.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Diagnóstico Social de Jardim Gramacho*. Comunidades COEP. Duque de Caxias, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Resultados Preliminares do Universo - Conceitos e Definições – Tabelas Adicionais. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/tabelas_adicionais.pdf
Acesso em 09/12/15.

_____. *Censo Demográfico 2010: Sinopse de Censo e Resultados Preliminares do Universo*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>
Acesso em 23/12/15.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013*. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>> Acesso em: 15/03/15.

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. *Estratégia de Desenvolvimento Urbano, Socioeconômico e Ambiental para o Entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho - Diagnóstico Socioeconômico de Jardim Gramacho*. 2011.

JACCOUD, L., 2013. Igualdade e equidade na agenda da proteção social. In FONSECA, AM & FAGNANI, E. (orgs). *Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania* vol. 2. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

KERSTENETZKY, C. L., 2009. *Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família*. Dados 52 (1).

MARSHALL TH. *Cidadania, classe social e status*. Tradutor: Meton Porto Gadelha. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1967. Cap. 3, p. 57-114.

MARTINS HF. *Uma teoria da fragmentação de políticas públicas: Desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública*. Tese apresentada à escola Brasileira de administração Pública e de empresas para a obtenção do grau de doutor em administração. 2003.

MEIRELLES DRS, GOMES LCM. *A Busca da Cidadania - A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias – RJ*. ABEP, 2008.

PAES-SOUSA R., VAITSMAN. J (Org.). *Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança alimentar e nutricional*. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília/DF, 2007.

PAIM JS. *Equidade e Reforma em Sistemas de Serviços de Saúde: o caso do SUS*. Saúde e Sociedade, v.15, n.2, p.34-46, maio-ago 2006.

_____. *O que é o SUS?* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.148 p. (Coleção Temas em Saúde).

PAUGAM, S. Prefácio. In: *Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 03/07/14.

_____. *Pesquisa avalia impactos do programa Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3632>>. Acesso em 19/07/14.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2014: Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>> Acesso em: 19/02/2015.

_____. *Sobre o PNUD*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx#>>. Acesso em: 25/07/2014.

REBIA. Disponível em: <http://revista.rebia.org.br/artigos/politica-ambiental/105-prefeitura-do-rio-inaugura-usina-de-gas-verde-em-jardim-gramacho>. Acesso em: 28/03/2015

REGO WL, PINZANI A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RIBEIRO, A.C.T. Prefácio: a resistência do compromisso. In: VALLA, V.V.; STOTZ, E.M.; ALGEBAILLE, E.B. (Org.) *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto - Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

RIBEIRO RL, DO CARMO MS. O impacto do encerramento do aterro metropolitano de jardim gramacho para os comerciantes do setor informal de alimentos da região. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte. volume 7, número 17, p. 220-248. Maio/agosto 2013 . ISSN 1980-5756. Disponível em: <<http://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/viewFile/1779/1045>> Acesso em: 03/07/14.

ROCHA S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *Transferências de renda: o fim da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. Impacto do Bolsa Família na saúde e na educação é destacado em comemoração dos dez anos do programa Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=18894#ixzz37woToiqZ>Fonte: <http://www.sae.gov.br/site/?p=18894#ixzz37whpcMJp>. Acesso em: 19/07/14.

SEN A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA PHGF, OSORIO, RG. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO T, NERI MC. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

STOTZ, E.N. Pobreza e capitalismo. In: VALLA, V.V.; STOTZ, E.M.; ALGEBAILLE, E.B. (Org.) *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto. Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

TOWNSEND P. *The International Analysis of Poverty*. Britain: Haverster Wheatsheaf, 1993. p. 27-39.

VAITSMAN J, ANDRADE GRB, FARIAS LO. Social Protect in Brazil: what has changed in social assistance after the 1988 Constitution. In: Vinte anos de políticas de saúde e proteção social. *Ciência e Saúde Coletiva*. Vol.14. n.3. maio/junho 2009. ABRASCO.

VALLA, V.V. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, V.V.; STOTZ, E.M.; ALGEBAILLE, E.B. (Org.) *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto. Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Anexo 1

Roteiro de Entrevista (a ser respondida acerca de todos os membros da família) - grupo 1

1) Dados Demográficos

Quantas pessoas moram neste domicílio? Todos pertencem à família?

Quantos quartos existem?

Idade dos integrantes da família:

Desde quando mora na região? Por que veio para cá?

A vida era boa ou ruim com o aterro? Por quê?

O que mudou com o fechamento do aterro?

Saúde

Frequenta posto de saúde, consultório particular ou hospital?

Tem plano de saúde? Participa do Programa de Saúde da Família?

Considera-se saudável? Por quê?

O que é saúde pra você?

O que mudou na sua saúde com o fechamento do aterro sanitário?

E com o Bolsa Família?

Na família existe alguém com alguma doença crônica ou enfermidade? Qual?

Qual a última doença que você teve?

Costuma gastar muito com medicamentos?

Como faz para chegar ao local de atendimento médico? Quanto tempo leva?

Nas gestações foram realizados os pré-natais?

Segurança Alimentar

Quantas refeições por dia você faz? Quais?

Que tipo de alimentos mais consome?

Qual o tipo de água que utiliza para beber (filtrada, fervida, de bica, poço)?

E para lavar os alimentos?

Qual tipo de combustível utiliza para fazer a comida (lenha, carvão, gás encanado, gás de botijão)?

Você considera a quantidade de alimentos suficientes?

Os alimentos acabam antes de você poder comprar mais? Antes do BF isso acontecia?

O que mudou na alimentação após o BF?

Como você considera a qualidade dos alimentos? Quais alimentos você acha que faltam para melhorar a qualidade da alimentação?

Educação

Você estuda? Já estudou? Até qual série?

Participa ou participou de alguma capacitação para o trabalho?

O que você espera em relação ao seu futuro e ao das crianças?

Você gosta de estudar? Considera importante? Por quê?

Faz refeições na escola? Quantas? Quais?

Qual o tipo de alimento que é oferecido (legumes, verduras, carne)?

Como você vai até a escola?

Quanto tempo leva?
Costuma faltar? Por quê?
Foi fácil conseguir uma vaga na escola?

Renda

Quem trabalha? Em quê? Quanto recebe?
Trabalho formal (com carteira) ou informal (bico)? Fixo ou não?
Caso esteja desempregado, há quanto tempo?
A sua renda era maior quando existia o aterro?
Recebe algum outro benefício? Desde quando?
O que você recebe hoje com o benefício supera o que você conseguia com o aterro?
Com ou sem o BF?
Você possui alguma forma de crédito?
Pensando no futuro, você acredita que daqui a 5 anos sua vida estará melhor, pior ou igual?

Bolsa Família

Como conheceu/se inscreveu no BF?
Você recebia outros benefícios antes do BF?
Desde quando recebe o BF?
Quanto recebe do BF? Essa renda permite que você cubra suas despesas até o fim do mês?
Quanto você acha que precisaria para viver até o fim do mês sem dificuldades?
O que mudou com o benefício?
Onde recebe o benefício?
Tem ou já teve dificuldades para recebê-lo? Como fez para resolver?
Com quais itens vocês costumam gastar a renda do BF (alimentação, remédios, aluguel, roupas etc.)?
O PBF alterou algo em relação ao seu crédito?
Como você avalia o BF?
Você acha que daqui a 5 anos sua família continuará precisando do Bolsa família?

Habitação

O terreno onde vive é próprio, alugado ou emprestado?
De que é feita a casa?
Entra água na casa? (Chuva, alagamentos, etc.)
Há presença de animais nocivos? Quais?
Possui ventilação (janela, passagem de ar)? Em quais cômodos?
Existe água encanada na sua casa? Caso não, de onde vem a água?
Luz elétrica? Formal ou informal?
Qual o tipo de saneamento (rede de esgoto, fossa, a céu aberto)?
Qual a destinação do lixo doméstico (coletado, queimado, enterrado, jogado em terreno)?

Anexo 2

Roteiro de Entrevista (a ser respondida acerca de todos os membros da família) -grupo 2

1) Dados Demográficos

Quantas pessoas moram neste domicílio? Todos pertencem à família?

Quantos quartos existem?

Idade dos integrantes da família:

Desde quando mora na região? Por que veio para cá?

A vida era boa ou ruim com o aterro? Por quê?

O que mudou com o fechamento do aterro?

Saúde

Frequenta posto de saúde, consultório particular ou hospital?

Tem plano de saúde? Participa do Programa de Saúde da Família?

Considera-se saudável? Por quê?

O que é saúde pra você?

O que mudou na sua saúde com o fechamento do aterro sanitário?

Na família existe alguém com alguma doença crônica ou enfermidade? Qual?

Qual a última doença que você teve?

Costuma gastar muito com medicamentos?

Como faz para chegar ao local de atendimento médico? Quanto tempo leva?

Nas gestações foram realizados os pré-natais?

Educação

Você estuda? Já estudou? Até qual série?

Participa ou participou de alguma capacitação para o trabalho?

O que você espera em relação ao seu futuro e ao das crianças?

Você gosta de estudar? Considera importante? Por quê?

Faz refeições na escola? Quantas? Quais?

Qual o tipo de alimento que é oferecido (legumes, verduras, carne)?

Como você vai até a escola?

Quanto tempo leva?

Costuma faltar? Por quê?

Foi fácil conseguir uma vaga na escola?

Renda

Quem trabalha? Em quê? Quanto recebe?

Trabalho formal (com carteira) ou informal (bico)? Fixo ou não?

Caso esteja desempregado, há quanto tempo?

A sua renda era maior quando existia o aterro?

Recebe algum benefício? Qual? Desde quando?

O que mudou com o benefício?

O que você recebe hoje com o benefício supera o que você conseguia com o aterro?

Quanto você acha que precisaria para viver até o fim do mês sem dificuldades?

Com quais itens vocês costumam gastar a sua renda (alimentação, remédios, aluguel, roupas etc.)?

Bolsa Família

Por que não recebe o BF?

Você conhece as regras do BF?

Acha que as pessoas que tem o benefício conseguem pagar seus custos mensais com menos dificuldades?

Como você avalia o BF?

Acredita que deveria receber o benefício? Por quê?

Você acha que o BF melhora a vida das pessoas que recebem o benefício?

Habitação

O terreno onde vive é próprio, alugado ou emprestado?

De que é feita a casa?

Entra água na casa? (Chuva, alagamentos, etc.)

Há presença de animais nocivos? Quais?

Possui ventilação (janela, passagem de ar)? Em quais cômodos?

Existe água encanada na sua casa? Caso não, de onde vem a água?

Luz elétrica? Formal ou informal?

Qual o tipo de saneamento (rede de esgoto, fossa, a céu aberto)?

Qual a destinação do lixo doméstico (coletado, queimado, enterrado, jogado em terreno)?